

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EDUCAÇÃO DO CAMPO E
AGRICULTURA FAMILIAR CAMPONESA

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

DIAGNÓSTICO E PLANEJAMENTO DE UNIDADES DE PRODUÇÃO
AGRÍCOLAS FAMILIARES EM ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA EM
SARANDI-RS

JOSÉ ROBERTO RAMBO

CURITIBA, PR, BRASIL.

2007

TERMO DE APROVAÇÃO

JOSÉ ROBERTO RAMBO

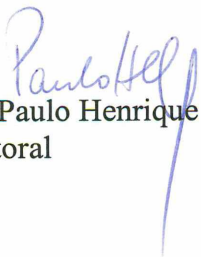
DIAGNÓSTICO E PLANEJAMENTO DE UNIDADES DE PRODUÇÃO
AGRÍCOLAS FAMILIARES EM ASSENTAMENTOS DA REFORMA AGRÁRIA
EM SARANDI – RS.

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do título de especialista do Curso de Especialização em Educação do Campo e Agricultura Familiar Camponesa, da Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:

Orientador:


Prof. Dr. José Marcos Froehlich
UFSM


Prof. Dr. Pedro Selvino Neumann
UFSM


Prof. Dr. Paulo Henrique Carneiro Marques
UFPR Litoral

Curitiba, 30 de janeiro de 2007

JOSÉ ROBERTO RAMBO

**DIAGNÓSTICO E PLANEJAMENTO DE UNIDADES DE PRODUÇÃO
AGRÍCOLAS FAMILIARES EM ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA EM
SARANDI-RS**

Monografia apresentada como requisito parcial para obtenção do título de especialista, Curso de Especialização Educação do Campo e Agricultura Familiar Camponesa, Setor de Ciências Agrárias da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Profº Drº José Marcos Froehlich

**Curitiba
2007**

SUMÁRIO

Lista de Tabelas	iv
Lista de Gráficos e Figuras	v
RESUMO	vi
1 INTRODUÇÃO	1
2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	3
3 OBJETIVOS	8
4 METODOLOGIA	8
4.1 ÁREA DE ESTUDO	8
4.2 PRODUÇÃO DOS DADOS	11
5 AS CONDIÇÕES E OS CONDICIONANTES QUE APRESENTAM AS FAMÍLIAS ASSENTADAS	15
5.1 A FAMÍLIA E A FORÇA DE TRABALHO	16
5.2 ÁREA DO LOTE E A SUPERFÍCIE DE ÁREA UTILIZADA	17
5.3 AS INSTALAÇÕES E OS EQUIPAMENTOS	20
5.4 A PRODUÇÃO DAS FAMÍLIAS	23
5.5 RESULTADOS ECONÔMICOS DAS UNIDADES DE PRODUÇÃO FAMILIARES	28
5.5.1 O Produto Bruto	29
5.5.2 Os Consumos Intermediários	31
5.5.3 As Depreciações	33
5.5.4 O Valor Agregado	34
5.5.5 Os Encargos	35
5.5.6 A Renda Agrícola	36
5.5.7 O Nível de Reprodução Simples	36
5.6 TIPOS DE SISTEMAS DE PRODUÇÃO	38
5.7 O PLANEJAMENTO	40
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	42
7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	44
ANEXOS	46

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Idade das pessoas que representam o casal (esposo, esposa) nos lotes da reforma agrária na região de Sarandi/RS.....	16
Tabela 2: Representa o Número de Vacas leiteiras em cada lote dos assentamentos da reforma agrária, junto com a Produção de Leite de cada família durante o ano na região de Sarandi/RS.....	27
Tabela 3: Valores encontrados para Produto Bruto Vegetal nos lotes da reforma agrária dos Assentamentos Encruzilhada Natalino Fase IV e Tarumã II	29
Tabela 4: Valores encontrados para Produto Bruto Animal nos lotes da reforma agrária dos Assentamentos Encruzilhada Natalino Fase IV e Tarumã II.....	30
Tabela 5: Valores encontrados para Consumo Intermediário Vegetal nos lotes da reforma agrária dos Assentamentos Encruzilhada Natalino Fase IV e Tarumã II.....	32
Tabela 6: Valores encontrados para Consumo Intermediário Animal nos lotes da reforma agrária dos Assentamentos Encruzilhada Natalino Fase IV e Tarumã II.....	33
Tabela 7: Valores encontrados para Depreciação das Instalações nos lotes da reforma agrária dos Assentamentos Encruzilhada Natalino Fase IV e Tarumã II	33
Tabela 8: Valores encontrados para Depreciação dos Equipamentos nos lotes da reforma agrária dos Assentamentos Encruzilhada Natalino Fase IV e Tarumã II.....	34
Tabela 9: Valores encontrados para Valor Agregado Bruto e Valor Agregado Líquido nos lotes da reforma agrária dos Assentamentos Encruzilhada Natalino Fase IV e Tarumã II.....	35
Tabela 10: Valores encontrados para encargos de FUNRURAL e Sistema Financeiro nos lotes da reforma agrária dos Assentamentos Encruzilhada Natalino Fase IV e Tarumã II.....	35
Tabela 11: Valores encontrados para Renda Agrícola nos lotes da reforma agrária dos Assentamentos Encruzilhada Natalino Fase IV e Tarumã II.....	36
Tabela 12: Valores encontrados para Unidade de Trabalho Homem (UTH) nos lotes da reforma agrária dos Assentamentos Encruzilhada Natalino Fase IV e Tarumã II.....	37

LISTA DE GRÁFICOS E FIGURAS

Figura 1: Mapa do Estado do Rio Grande do Sul, com localização de Porto Alegre (Capital) e Sarandi e Pontão (locais da realização do trabalho)	11
Gráfico 1: Representa a Área dos Lotes (hectares) estudados nos Assentamentos da Reforma Agrária na Região de Sarandi/RS	18
Gráfico 2: Representa percentual médio de utilização/ocupação dos lotes da reforma agrária no período de verão nos assentamentos da região de Sarandi/RS.....	20
Gráfico 3: Percentual médio de área ocupada com cada atividade agrícola por lote dos assentamentos da Reforma Agrária na região de Sarandi/RS.....	24
Gráfico 4: Produtividade média apresentada pelos grãos em sacas por hectare nos lotes dos assentamentos da reforma agrária das famílias estudadas na região de Sarandi/RS.....	26
Gráfico 5: Produção de Carne Consumida em média pelas famílias estudadas.....	28
Gráfico 6: Relação entre a Renda Agrícola e o Nível de Reprodução Simples em Unidades de Produção Familiar dos Assentamentos Encruzilhada Natalino Fase IV e Tarumã II.....	37

DIAGNÓSTICO E PLANEJAMENTO DE UNIDADES DE PRODUÇÃO AGRÍCOLAS FAMILIARES EM ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA EM SARANDI-RS

Autor: José Roberto Rambo

Orientador: José Marcos Froehlich

Resumo

Este trabalho busca identificar e compreender os principais fatores que condicionam o planejamento das unidades de produção agrícolas familiares em assentamentos da reforma agrária, tomando por referência empírica os assentamentos Encruzilhada Natalino Fase IV e Tarumã II, situados respectivamente nos municípios de Sarandi e Pontão, na região Centro-Norte do Rio Grande do Sul. Para sugerir uma pauta para o planejamento, foi realizado um diagnóstico econômico do sistema produtivo de seis Unidades de Produção Familiares (UPFs), obtendo-se os valores da produção bruta até chegar nos valores das rendas mensais por membro familiar. A base metodológica para a obtenção e análise dos dados é a utilizada por Lima et al. (2005) para o diagnóstico e avaliação econômica de sistemas agrários e sistemas de produção agropecuários. A referência para o Nível de Reprodução Simples (NRS), que representa a renda mínima mensal necessária para atender as necessidades básicas de alimentação, saúde e educação de cada membro do grupo familiar, foi o valor do Salário Mínimo Regional para atividades da agricultura, que neste caso é de R\$ 405,95. Com base neste parâmetro, avaliou-se a situação das seis UPFs estudadas, sendo que três famílias conseguem obter renda acima do NRS, indicando que além de remunerarem o trabalho familiar, também podem investir em melhorias nas suas condições sócio-produtivas. Uma UPF obtém valores de renda muito próximos ao do NRS, indicando que apenas consegue remunerar o trabalho familiar, mas não obtém recursos para investimentos, estando em condição de estagnação. E duas UPFs obtêm renda com valores abaixo do indicador de referência (NRS). Esta situação indica que tais famílias não estão obtendo renda suficiente para remunerar o trabalho familiar ao nível do salário mínimo regional para atividades agrícolas, encontrando-se em situação de descapitalização. As sugestões para o planejamento destas UPFs levou em conta a situação apontada para cada uma neste trabalho.

Palavras-chave: assentamentos de reforma agrária; planejamento; sistemas agrários; agricultura familiar.

“Minha presença no mundo não é a de quem a ele se adapta, mas de quem nele se insere. Essa é a posição de quem luta para não ser apenas objeto, mas sujeito também da História.” (Paulo Freire)

1. Introdução

O presente trabalho é fruto da discussão entre técnicos e assentados da reforma agrária, condicionados pela situação atual que vivenciam. Apresenta-se a este trabalho o desafio de contribuir tanto com os técnicos como com os assentados, no sentido dos mesmos poderem planejar os sistemas produtivos que acompanham ou praticam. Esta é uma necessidade que foi levantada em reuniões, com o pressuposto de que o planejamento é uma ferramenta capaz de contribuir para se alcançar ou se melhorar os resultados das unidades de produção agrícolas familiares.

Neste sentido, há a necessidade de se conhecer as condições sócio-econômicas que os assentados apresentam, para a partir daí, sim, podermos contribuir de forma mais efetiva no planejamento do(s) sistema(s) produtivo(s) que possuem.

Emerge então a discussão sobre planejamento dentro de unidades de produção familiar, no caso, em assentamentos da reforma agrária; como elemento que possa contribuir com os anseios e objetivos que os assentados apresentam, compatível com suas condições.

Para tanto era necessário conhecer os elementos que podem contribuir com esta tarefa, sendo a pesquisa acadêmica o elemento que pode atender esta demanda. Buscou-se, então, referências teóricas que fossem o ponta-pé inicial deste debate, a se fazer com técnicos e assentados da reforma agrária da região de Sarandi (Regional Roseli Nunes - MST).

A contextualização dos elementos técnico-práticos foi a forma mais efetiva de realização do trabalho que se desenvolveu, ressaltando-se que o trabalho de pesquisa empreendido levava em conta problemas reais discutidos com os possíveis beneficiários dos

resultados a serem alcançados, diferente de tantos outros trabalhos de pesquisa em nível de pós-graduação existentes.

O debate sobre o Planejamento das Unidades de Produção Familiar despertou o interesse das famílias assentadas, principalmente em vista do momento que vive a agricultura nos últimos anos na região sul do Brasil, afetadas por secas ou excessos de chuvas ou por baixos preços dos produtos agrícolas, fatores muito presentes na região de Sarandi-RS. Ao serem atingidos por estes fatores, os assentados vêm comprometidos seus anseios e a capacidade de suprir as próprias necessidades, ficando empenhados com o sistema financeiro e com seus fornecedores de primeira ordem, caso específico de agropecuárias e cooperativas (fornecedores de insumos), bem como com o mercado varejista local (postos de combustíveis, armazém etc).

Assim, a questão do planejar o sistema produtivo nas Unidades de Produção Familiares já estava dado; visto que as mesmas produziam, no entanto não estavam apresentando ou vendo resultados econômicos eficientes. E queria se saber o porquê desta situação e qual era a alternativa para se mudar a realidade vivida; e a fala “*eu preciso de planejamento*” ou “*nós precisamos de planejamento*” vinha sempre nas discussões e encontros com os assentados.

No entanto, a idéia que os agricultores assentados apresentavam de planejamento era a de uma simples projeção futura, onde se dizia o que se iria fazer e assim se esperava que os resultados viessem, sem uma preocupação de se efetuar um diagnóstico da situação atual do sistema de produção para projetar ações de mudanças e aperfeiçoamentos.

Foi então que a noção de planejamento, dentro da discussão que realiza CARVALHO (2005) através do MVP (Método de Validação Progressiva), começou a ser debatida e implementada dentro de algumas Unidades de Produção Familiar do assentamento Encruzilhada Natalino Fase IV e Tarumã II. O primeiro passo foi o conhecer a realidade que a

família assentada vive, para só então se discutir as propostas de mudanças e alternativas possíveis para o sistema de produção(SP) das unidades de produção familiares. Começou-se a entender que a tomada de decisão a este respeito estaria condicionada à situação que o SP apresentava, ou seja, contrariava a idéia muito difundida de que se toma a decisão, se executa, e somente após se vê a que resultados se conseguiu chegar, sem levar em conta um prévio diagnóstico da situação que possa guiar o planejamento.

Este trabalho foi realizado em conjunto com a COPTEC (Cooperativa de Prestação de Assistência Técnica para Assentados da Reforma Agrária) e contou com a contribuição da CODASUL (Cooperativa de Desenvolvimento Auto Sustentável Ltda.), a qual estão associados os assentados sujeitos do estudo aqui desenvolvido. A CODASUL é a cooperativa local que recebe os produtos produzidos pelos assentados, sendo a soja, milho, trigo e a produção leiteira os carros chefes desta entidade; ela também atua na organização das famílias assentadas.

2. Revisão Bibliográfica

A temática deste trabalho está vinculada aos resultados socioeconômicos dos assentamentos de Reforma Agrária(RA). A posição aqui assumida é a de que a RA é uma alternativa válida para promover o desenvolvimento do país, pois além de beneficiar os trabalhadores rurais, é capaz de trazer reflexos positivos em outros setores da economia e para a população que vive na zona urbana. Tal possibilitaria a eliminação da concentração da propriedade da terra e das dificuldades de acesso aos meios de produção no setor agrícola por parte dos trabalhadores rurais alçados à condição de agricultores familiares camponeses (SPAROVEK *et al.* , 2003, p. 38).

Agricultores familiares, segundo a definição do Programa de Nacional de Apoio à Agricultura Familiar (PRONAF, 2001), significa aqueles que exploram e dirigem

estabelecimentos rurais na condição de proprietários, posseiros, arrendatários, parceiros, comodatários ou parceiros, desenvolvendo nos estabelecimentos atividades agrícolas ou não-agrícolas e que: não possuam, a qualquer título, área superior a quatro módulos fiscais da região, quantificados na legislação em vigor; utilizem predominantemente mão-de-obra da família nas atividades do estabelecimento ou empreendimento; a renda familiar seja originária, predominantemente, de atividades vinculadas ao estabelecimento ou empreendimento; a residência se faça no próprio estabelecimento ou em local próximo. Enquadram-se também nesta categoria os aqüicultores, pescadores artesanais, silvicultores, extrativistas, indígenas, membros de comunidades remanescentes de quilombos e agricultores assentados pelos programas de acesso à terra do Ministério de Desenvolvimento Agrário. E segundo WANDERLEY (2001, p. 23), a agricultura camponesa vem a ser uma das formas da agricultura familiar, uma vez que se fundamenta na relação entre propriedade, trabalho e família; com suas especificidades que dizem respeito aos objetivos das atividades em âmbito econômico, às experiências de sociabilidade e à forma de sua inserção na sociedade global.

MENDRAS apud WANDERLEY (2001, p. 24) identifica cinco traços característicos das sociedades camponesas, a saber: “Uma relativa autonomia face à sociedade global; a importância estrutural dos grupos domésticos; um sistema econômico de autarquia relativa; uma sociedade de interconhecimentos e a função decisiva dos mediadores entre a sociedade local e a sociedade global”. Ressalta-se que há uma relativa autonomia no sentido demográfico, social e econômico para este grupo; sendo que o econômico se expressa pela capacidade de prover a subsistência do grupo familiar, tanto no âmbito imediato como no da reprodução da família pelas gerações subseqüentes.

Um dos principais limitantes históricos para a reprodução social deste grupo sempre foi o acesso à terra, meio de produção dos mais importantes. No Brasil, segundo CUNHA *et alli* (2005, p. 43), os programas de acesso à terra sempre se caracterizaram por serem ações

pontuais, realizadas pelo poder público geralmente em zonas de conflitos fundiários ou em áreas que passam por processos de decadência econômica ou de reestruturação produtiva. Para MARTINS (2005, p. 185), muitos destes programas priorizam áreas em que a qualidade ambiental já está comprometida ou áreas em que o desmatamento ainda é necessário para a implantação de sistemas de produção agrícola, e que podem sim serem consideradas políticas de assentamento de famílias sem-terra, mas não podem ser confundidas com reforma agrária.

Pois para BAVARESCO (2001, p. 261), no Brasil, nunca houve um verdadeiro programa de reforma agrária, capaz de alterar a estrutura de posse e uso da terra. O que existe, na maioria das vezes, são resultados isolados, dentro das mais diversas regiões do país, da pressão realizada pelos movimentos sociais rurais que, para LEITE (1998), ressurgiram basicamente a partir da década de 1980 e se potencializaram na década de 1990. Segundo FERNANDES (2000) esta pressão dos movimentos sociais pela terra pode ser considerada a responsável por cerca de 90% dos assentamentos implantados no Brasil. Desta forma os assentamentos rurais que hoje existem podem ser entendidos como o resultado das lutas concretas dos trabalhadores rurais pela posse da terra (BAVARESCO, 2001, p. 261). Os atores deste processo provêm em sua grande maioria de: (ex) posseiros, arrendatários, parceiros, meeiros, trabalhadores rurais permanentes ou temporários e de micro ou pequenos proprietários excluídos pelo processo da Modernização Agrícola (ZAMBERLAN, 2001, p. 55).

Conforme CARVALHO apud SAUER (2005, p. 59), o assentamento é o fruto de um ato administrativo que limita o território, seleciona famílias a serem beneficiadas, sendo então artificialmente constituído, criando-se assim um novo ambiente geográfico e uma nova organização social. Para BERGAMASCO e NODER apud BAVARESCO (2001, p.261), o termo assentamento só começou a ser utilizado a partir do final da década de 1950 e início da

de 1960, quando algumas políticas fundiárias começaram a ser implementadas em resposta às intensas mobilizações sociais no campo, que se difundiam por quase todo o país.

Para SAUER (2005, p. 61), os assentamentos causam impactos que não se resumem a um simples aumento da produção agropecuária (e conseqüentemente o aquecimento da economia local), mas abarcam uma série de mudanças sociais e políticas, muitas vezes mudando o eixo do poder e a correlação de forças em âmbitos locais e regionais. Na década de 1980, os assentamentos eram estudados sob as mais diversas perspectivas, mas concentrando-se mais em questões de ordem política, enfatizando-se a organização dos movimentos em suas diversas fases de luta (BAVARESCO, 2001, p. 262).

O acesso a terra pode ser considerado a concretização do direito ao trabalho, mas não um tipo qualquer de ocupação. A terra significa mais do que um emprego ou uma ocupação, pois ela possibilita o “trabalhar para si”, portanto, uma condição de liberdade e “fartura” (produção para garantir o sustento da família); e, no entanto, a terra não se apresenta apenas como um meio ou instrumento de trabalho ou produção. O processo construído com a luta e a construção simbólica coloca a terra também como um lugar de vida, uma moradia, capaz de acolher e dar sentido à existência.

A partir da segunda metade da década de 1980, questões mais relacionadas à vida econômica dos assentamentos começaram a ganhar destaque, o que pode ser entendido pelo que afirmam Giuliani e Castro apud BAVARESCO (2001, p. 262), de que até então os assentamentos, “não passavam de remendos sociais, cuja função principal era a de atenuar a miséria crescente no campo e reduzir os fluxos migratórios para as cidades, sem possibilidades de alcançar a menor expressividade no plano econômico”. É, no entanto, a partir deste contexto que começam a surgir os primeiros estudos com a perspectiva de analisar o desempenho econômico das famílias assentadas.

Deve se salientar que os atores beneficiários do processo de assentamentos se caracterizam, segundo ZAMBERLAN (2001, p. 55), por serem basicamente uma população originalmente de baixa renda e desprovida de bens materiais condizentes com práticas agrícolas expressivas economicamente. Deste modo, o acesso à terra e a possibilidade de trabalhá-la acaba por quase sempre melhorar de imediato o padrão de vida destes atores. Assim, para que a produção destes agricultores seja “competitiva” basta que a renda auferida gere custo de oportunidade suficientemente alto, além de um mínimo de apoio governamental no que diz respeito à saúde e educação. Ou seja, que o lote dentro do assentamento possa garantir a reprodução das condições e da força de trabalho familiar ao longo do tempo, contemplando o nível de reprodução simples (NRS), que corresponde a um salário mínimo mensal por trabalhador durante um ano (LIMA *et. al.*, 2005, p. 160).

Para se alcançar e garantir o NRS na unidade de produção familiar, o planejamento é uma ferramenta das mais importantes. FRIEDMAN apud HOFFMANN *et. al.* (1976, p. 187) considera planejamento como uma atividade pela qual o homem, agindo em conjunto com e através da manipulação e do controle consciente do meio ambiente, procura atingir certos fins previamente por ele mesmo definidos. No entanto, para se chegar até estes fins, BORDENAVE e CARVALHO (1976, p. 88) sugerem que o planejamento seja um processo sistematizado através do qual se pode dar maior eficiência a uma atividade para que num prazo maior ou menor se alcance o conjunto de metas estabelecidas, nos quais o processo se realiza através do conhecimento que se têm da realidade, da tomada de decisão que se faz, da ação a ser realizada e da crítica ou avaliação dos resultados encontrados. Assim se determinariam metas e prazos que são os elementos balizadores da qualidade e profundidade do processo. E se teria como variáveis o tempo, que dependendo da extensão e da importância dos objetivos a serem alcançados irá variar; e o objeto que concretizaria o trabalho.

Para CARVALHO (2005, p. 8), a fase do conhecer a realidade necessita de pesquisas e estudos, onde se fazem diagnósticos e prognósticos sobre as condições que se está presenciando; já a tomada de decisão precisaria de um plano, um programa, um projeto; a ação seria a execução das propostas trabalhadas nos momentos anteriores; o acompanhamento seria a operacionalidade do sistema; e a crítica ou avaliação serviria mais como uma afirmação ou até mesmo uma redefinição da atuação ou do plano em questão.

3. Objetivos

O objetivo geral deste trabalho é identificar e compreender os principais fatores que condicionam o planejamento das unidades de produção agrícolas familiares em assentamentos da reforma agrária, tomando por referência empírica o assentamento Encruzilhada Natalino Fase IV e Tarumã II.

Os objetivos específicos deste trabalho são diagnosticar a situação das unidades de produção familiares (UPFs) do assentamento Encruzilhada Natalino Fase IV e Tarumã II, dentro da perspectiva de viabilidade econômica, verificar o Nível de Reprodução Simples (NRS) destas UPFs, analisar os dados do diagnóstico com vistas a estabelecer uma proposta de planejamento dos sistemas produtivos das UPFs.

4. Metodologia

4.1 Área de Estudo

A pesquisa foi realizada em UPFs pertencentes ao assentamento Encruzilhada Natalino Fase IV e Tarumã II, nos municípios de Sarandi e Pontão-RS, situado na região centro-norte do estado do Rio Grande do Sul. Segundo RÜCKERT (1997, p.27-31), esta região foi colonizada no início do século XIX, dentro da *trajetória histórica de apropriação*

*da terra*¹ que pode ser entendida como *ocupação*, que corresponde à *destruição* do território indígena e caboclo e à *construção* de novas e diferentes formas fundiárias. Este processo de aberturas das terras de mata transformadas em um extenso mercado de terras pode ser entendido como *colonização*, dinâmica deflagrada pelo amplo processo de venda de terra-mercadoria a camponeses que se tornam pequenos proprietários.

No início do século XIX, além da presença dos ditos nativos, havia também a presença progressiva de milicianos paulistas, de caboclos e de mão-de-obra escrava na região. A ocupação do território se dava por posses – principalmente pelos milicianos paulistas – e pelas concessões de vastas extensões de terras. Os caboclos, que raramente se fixavam, encontravam-se presentes nas matas e nos ervais, que se apresentavam e caracterizavam a região na época. E como os milicianos foram ocupando gradativamente grandes extensões de terras, os caboclos foram sendo excluídos do acesso a terra.

Através das posses e das concessões, surgem às fazendas de pecuária e charqueada, onde então inicialmente se utilizou mão-de-obra escrava. Os caboclos em geral ficavam como agregados das fazendas e eram eles que praticavam a agricultura, garantia da sua sobrevivência. No entanto, a falta de gêneros alimentares era muito grande, pois a produção era pouca para atender a toda demanda crescente. Já os indígenas eram contatados e aldeados a fim de que não perturbassem a vida e o trabalho dos novos senhores do território.

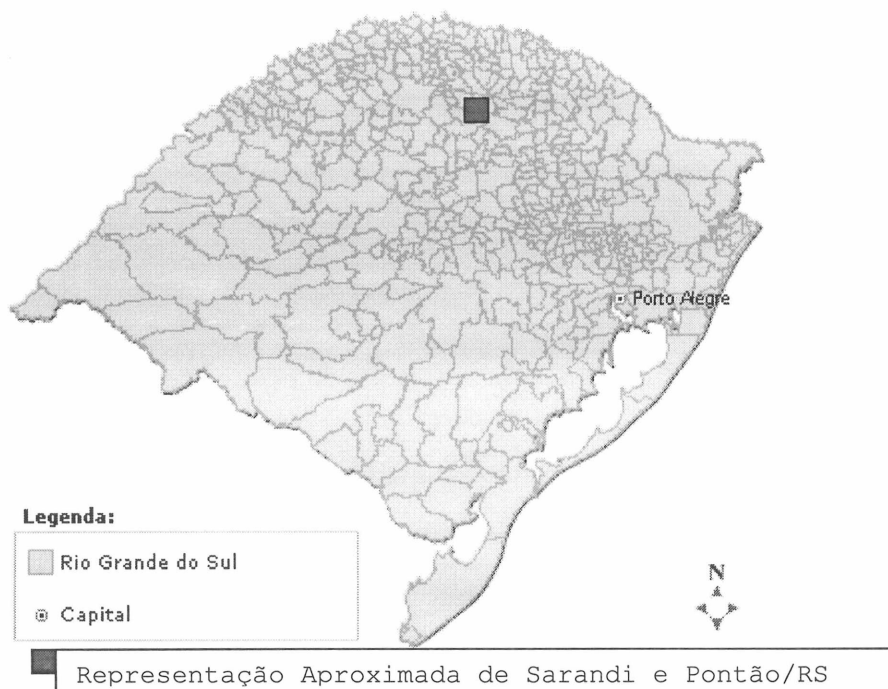
No pós-30, a crise dos camponeses, colonos pequenos proprietários, é um fato significativo. E que se configura mais fortemente na década de 1970, com a desruralização e a redução do trabalho familiar. Visto que os pequenos produtores que se instalaram nessa região, na impossibilidade de se reproduzirem social e economicamente, geram excedentes populacionais, pois havia se esgotado a capacidade de absorção da força de trabalho e a

¹ O Resgate histórico presente neste trabalho, teve como base o estudo sobre a região Centro-Norte do Estado do Rio Grande do Sul de Aldomar Rückert, de 1997. Pelo fato do referido autor ter se utilizado dos Assentamentos da Reforma Agrária como ponto de partida para realização do estudo.

possibilidade de subdivisão da terra dentro das propriedades, o que levou a um expressivo contingente de excluídos da terra. Com a marginalização de camponeses ex-proprietários, agregados, parceiros, rendeiros e pequenos posseiros surgem às primeiras insatisfações e manifestações organizadas que reivindicam o acesso a terra. Paulatinamente há a incorporação deste contingente a vigorosos movimentos sociais de reivindicação e pressão para a obtenção de terras, que podem ser apreendidas no início da década de 1960, na Fazenda Sarandí, no município de mesmo nome. Já no início da década de 1980 ocorrem ocupações de fazendas e realização de acampamentos em municípios vizinhos à Passo Fundo, assinalando o ressurgimento da questão agrária no país junto com os ventos da redemocratização política.

Até a ocupação pelos sem-terra – outubro de 1985 – a fazenda Annoni era uma das maiores ainda existentes nessa parte do estado. Segundo afirmam moradores antigos da região, ela possuía área equivalente a vinte e dois mil hectares (22.000 ha), sendo que foram desapropriados nove mil e seiscentos hectares (9.600 ha). A dita fazenda já vinha sendo disputada na Justiça desde 1972, quando foi declarada de interesse social para o reassentamento das famílias desalojadas pela construção da barragem do Passo Real-RS.

A liberação definitiva da fazenda só ocorreu em 1986, isto é, um ano após ela ter sido ocupada pelos sem-terra. E os trabalhadores rurais sem-terra que ocuparam a fazenda Annoni eram fruto de um processo histórico de exclusão social que está relacionado com a própria forma de ocupação do espaço agrário gaúcho e da região.



Fonte: FEE/RS. Adaptação é própria.

Figura 1. Mapa do Estado do Rio Grande do Sul, com localização de Porto Alegre (Capital) e Sarandi e Pontão (locais da realização do trabalho).

O trabalho desta pesquisa se iniciou a partir de agosto de 2005 na regional Roseli Nunes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a qual engloba os municípios de Sarandi, Pontão, Passo Fundo, Ronda Alta, Trindade do Sul, Gramado dos Loureiros e Não-Me-Toque. Tal foi fundamental para se inserir na região de atuação, em especial nos Municípios de Sarandi e Pontão, áreas de maior concentração de famílias assentadas, com a intenção de conhecer quais eram as realidades das famílias assentadas e seus sistemas de produção; em especial dentro das antigas fazendas Annoni e Tarumã, Assentamento Encruzilhada Natalino Fase IV e Assentamento Tarumã II.

4.2 Produção dos Dados

Os dados foram produzidos tomando por base fontes secundárias e primárias. Para as fontes secundárias foram consultados documentos do INCRA sobre os assentamentos, dados dos municípios onde se localizam os assentamentos produzidos pelos institutos estatísticos

(IBGE, FEE etc.), documentos das entidades dos assentamentos como cooperativas e associações, entre outros.

Os dados primários foram produzidos por intermédio de 2 questionários:

- a)questionário dos Assentamentos de Reforma Agrária(1 e 2)(conforme Anexos);
- b)questionário de avaliação econômica dos Sistemas de Produção das UPFs familiares(conforme Anexos).

Os questionários dos Assentamentos de Reforma Agrária 1 e 2 foram elaborados pelo INCRA e sua aplicação foi realizada pela COPTEC para o INCRA, trabalho no qual os alunos do Projeto Residência Agrária na Regional de Sarandi-RS contribuíram. Neste questionário os assentados eram questionados sobre: condições de habitação, número de peças que a casa possuía, tipo de construção, condições sanitárias, disponibilidade de energia elétrica; práticas conservacionistas realizadas na propriedade; tamanho do lote e suas ocupações; disponibilidade de crédito para produção e comercialização; preços recebidos dos produtos agrícolas; disponibilidade de mão-de-obra, identificação das pessoas que residiam no lote, faixa etária, tempo dedicado às atividades na propriedade, natureza do trabalho (familiar ou contratado); os equipamentos de produção que possuíam, as benfeitorias e instalações, culturas plantadas tanto comerciais como domésticas (lavouras, olericultura, fruticultura etc); sistema produtivo animal, consumo familiar de produtos animais; processamentos de produtos realizados, receitas, custos de produção e renda auferida no último ano, etc.

Os questionários para avaliação econômica dos Sistemas de Produção das UPFs aplicados são os propostos por LIMA *et. al.* (2005) para diagnóstico de Sistemas Agrários e Sistemas de Produção familiares. O objetivo do diagnóstico é se obterem dados que possam determinar o Nível de Reprodução Simples(NRS) das UPFs, mediante o cálculo de variáveis como o Produto Bruto(PB), Consumo Intermediário(CI), o Valor Agregado(VA), a Renda Agrícola(RA) e a Renda Total(RT) da UPF.

O Produto Bruto (PB) da UPF e que representa o valor bruto de toda produção gerada pela unidade de produção no ano, é obtido através de montantes como produção vendida, consumida pela família, a produção estocada, a destinada a pagamento de serviços, o comportamento dos rebanhos animais, além de serviços que porventura fossem realizados a terceiros. Sendo então o produto bruto, a quantidade produzida pelo lote multiplicada pelo preço que se recebe em média pelos respectivos produtos. Seguindo a fórmula:

$$PB = \sum(Q*PriV) + \sum(Q*PriC) + \sum(Q*PriE) + \sum(Q*PriDPT) + VRA + \sum SP,$$

Onde:

i é produto;

Q é a quantidade de i;

PriV é o preço pelo qual foi vendido o produto i;

PriC é o preço que teria o produto i, se o mesmo fosse comprado;

PriE é o preço do produto i estocado;

PriDPT é o preço do produto i, que está destinado ao pagamento a terceiros;

VRA é o valor da variação apresentado pelos animais;

SP é o valor recebido referente a serviços que foram porventura prestados a terceiros.

O Consumo Intermediário (CI) é determinado pela quantificação de custo do consumo de insumos que seriam utilizados na propriedade, como sementes, fertilizantes, corretivos, herbicidas, inseticidas, fungicidas, medicamentos, ração, concentrado, farelo, vitaminas, etc.; e no caso de famílias que possuíssem equipamentos próprios tanto individuais como coletivos, também os custos referentes a consumo de combustíveis, peças de reposição, etc. Estes valores se integram ao produto final do sistema produtivo do assentado.

O Valor Agregado (VA) corresponde à riqueza gerada pela unidade de produção durante o ano, podendo a mesma ser determinada de forma Bruta (VAB) ou Líquida (VAL). O VAB corresponde há uma comparação entre o PB e o valor referente ao CI, ao qual se

chega a um saldo, e este valor é importante, pois permite a comparação dos encargos operacionais com os ingressos que se tem na UPF, permitindo conhecer até que ponto a sobra das operações é suficiente para fazer frente às depreciações que possui a UPF; sua representação é:

$$\mathbf{VAB = PB - CI}$$

E para a determinação do VAL, considera-se também o processo de desvalorização que apresenta o capital fixo (implementos, animais, instalações, etc.) que sofrem transformação, seja por desgaste ou por obsolescência, e apresentam conseqüentemente perda de valor; este fator é conhecido mais precisamente como Depreciação (D), que assim se representa:

$$\mathbf{D = (VN - VR)/VU,}$$

Onde;

VN é o valor do bem novo;

VR é o valor residual do bem;

VU é vida útil que apresenta o referido bem.

Assim sendo, o VAL corresponde ao VAB descontando-se a D, que então é o indicador que mostra o que sobrou da conta de produção da UPF.

$$\mathbf{VAL = VAB - D}$$

Entretanto o cálculo do VAL não representa ainda a parte da produção que é conservada pela UPF, pois se tem ainda os vários agentes que atuam no processo produtivo, e que a Distribuição do Valor Agregado (DVA) representa, e que constitui nos pagamentos realizados pelas famílias referentes a impostos e/ou taxas ligados à produção e à produtividade; além dos encargos referentes a serviços financeiros relativos a financiamentos, empréstimos pessoais etc.

A partir do cálculo do VAL e do DVA, pode-se chegar então à determinação da Renda Agrícola (RA) que a família assentada possui, e que se pode considerar como a parte da produção que é conservada pela UPF, é representada por:

$$\mathbf{RA = VAL - DVA}$$

Quando se soma as Outras Rendas (OR) que a família assentada venha a possuir, provindas de outras atividades não agrícolas ou de auxílios governamentais (Aposentadorias, Bolsa Família, Bolsa Escola, Vale Gás, etc.), se podendo chegar ao cálculo da Renda Total (RT), conforme abaixo:

$$\mathbf{RT = RA + OR}$$

Assim, os dados foram coletados e tabulados tendo em vista chegar aos fatores acima explicitados, principalmente para determinar a Renda Agrícola e a Renda Total das 6(seis) famílias assentadas sujeitas do trabalho. Com base nestes resultados é que se pretende apontar elementos para o planejamento das propriedades.

Para o trabalho de coleta dos dados foi fundamental a nossa atuação em conjunto com os técnicos da COPTEC e os dirigentes da CODASUL, pois estes interlocutores ajudaram a mediar a inserção da pesquisa junto às famílias assentadas, bem como caracterizar os sistemas de produção das UPFs.

5. As Condições e os Condicionantes que Apresentam as Famílias Assentadas

Está análise se baseou nos trabalhos realizados a campo, que tiveram como ponto de partida os dados primários dos questionários dos assentamentos da reforma agrária (em anexos), que foram realizados em onze (11) famílias, das quais se desejava realizar o diagnóstico do NRS (Nível de Reprodução Simples). A coleta e apresentação destes dados tiveram uma abrangência espacial bem distribuída dentro dos assentamentos estudados.

Estes dados foram coletados nos anos de 2005 e 2006, e se basearam nas declarações prestadas pelas famílias aos técnicos que realizaram esta tarefa. Visava-se com os dados coletados: conhecer a família assentada e a força de trabalho de cada lote; os tamanhos de cada lote e a superfície de área utilizada destes, tanto em aspectos produtivos como de instalações, assim como quais eram as instalações e quais suas dimensões, condições de utilização; quais seriam os equipamentos que cada família possuía e sua utilização; e também se ter dados com relação à produção e a produtividade das famílias nos âmbitos animal e vegetal.

5.1 A Família e a Força de Trabalho

As famílias assentadas que participaram desta pesquisa apresentaram um número médio de 3,2 pessoas/família residindo no lote, sendo que 2 (duas) destas pessoas representam o casal (esposo, esposa). Este é de certa forma, um número preocupante, visto que os questionários apontaram à existência de outros membros da família, que de uma forma ou outra tiveram que procurar outro local para viver, já que o lote não comportava mais a presença deles ou tiveram oportunidades *melhores* na cidade.

Tabela 1: Idade das pessoas que representam o casal (esposo, esposa) nos lotes da reforma agrária na região de Sarandi/RS.

Idade dos Homens	56	53	51	50	50	47	47	47	46	41	39	Média: 48,8
Idade das Mulheres	51	48	46	45	45	44	44	39	37	31	26	Média: 41,45

A idade média que apresentaram os casais que residentes nos lotes apontou então, 48,8 anos para os homens e 41,45 anos para as mulheres; para os homens, a idade máxima apresentada foi de 56 anos, e a das mulheres de 51 anos, com mínima de 39 para os homens e 26 para as mulheres. Quanto ao aspecto relacionado ao processo de manutenção/reprodução do lote, ao longo de gerações futuras, parece estar comprometido, não só pelo envelhecimento da população, mas até mesmo pelo que dizem as famílias, *meus filhos vão pra cidade quando*

crecerem, o que pode provocar um processo de reconcentração fundiária com o passar das gerações.

Já dentro das atividades que o lote necessita o percentual referente à força de trabalho médio, ficou em 83%; onde na determinação referente ao casal, os valores foram de 96,36%, ficando evidenciado que a presença dos demais residentes no que se refere à disponibilidade como força de trabalho é bem menor. Tal se deve a que estes demais residentes são em geral os dependentes que estão em idade escolar e, portanto contribuem apenas de forma esporádica no trabalho do lote, concentrando-se nos ditos momentos críticos ou nas atividades que mais exigem força de trabalho. Há ainda os que não contribuem como força de trabalho pelo fato de não possuírem idade suficiente para o trabalho.

A força de trabalho é utilizada para os afazeres domésticos e seus arredores, e nos sistemas produtivos concentra-se na produção de leite e de grãos. Nenhuma família assentada contrata mão-de-obra permanente, havendo contratação de mão-de-obra temporária que presta serviços dentro das atividades relativas à necessidade dos trabalhos de plantio, tratamentos e colheitas, ou seja, atividades relacionadas à produção vegetal. Em geral a contratação se dá pelo fato de estes não possuírem os equipamentos, ou os equipamentos que possuem não serem suficientes para atender a tudo o que a demanda produtiva requer.

5.2 Área do Lote e a Superfície de Área Utilizada

Os lotes em que as famílias assentadas residem e produzem têm em média área equivalente a 16,95 ha, apresentando-se intervalo de lotes com 10,16 ha o de menor área, e o de maior área com 21,0 ha conforme gráfico 1. Sendo que o Módulo Rural de uma região, que é a área mínima que um estabelecimento rural deve ter para o desenvolvimento viável de práticas agrícolas, para a região onde estão os assentamentos estudados é de 16 ha, constata-se então que há a presença de lotes com área inferior ao determinado em lei. Tal fato indica que

o órgão competente pela política de RA não cumpriu com o que estabelece a lei na realização das divisões dos lotes, sendo também ele responsável pelo processo de minifundiarização na agricultura da região. Tal procedimento pode levar a um comprometimento dos resultados econômicos das famílias, como também tende a causar uma aceleração da deterioração do ambiente pelo excesso de exploração que neste local tende a se desenvolver.

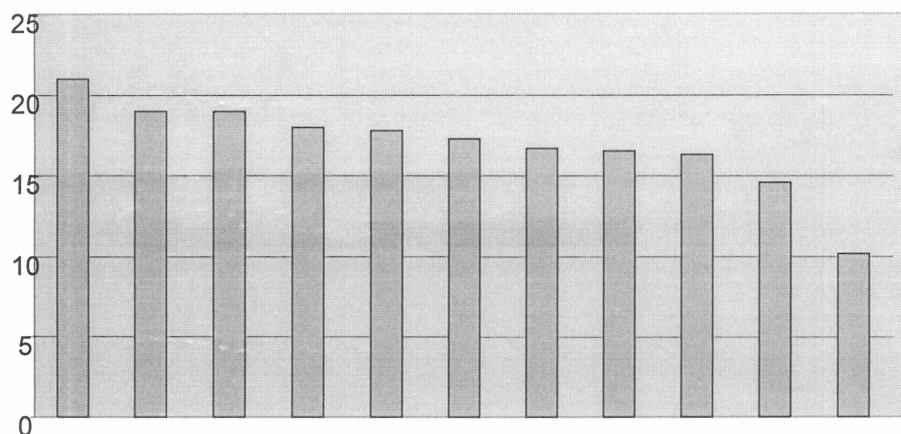


Gráfico 1: Representa a Área dos Lotes (hectares) estudados nos Assentamentos da Reforma Agrária na Região de Sarandi/RS.

Com relação à ocupação/utilização dos lotes, o mesmo apresenta as seguintes características:

* Com culturas temporárias, que são representadas pela soja, pelo milho e feijão, a área média foi de 9,91 ha, sendo que este valor representa 58,45% (nº 1 – Gráfico 2) do tamanho total médio dos lotes; o intervalo de tamanho neste caso teve 8,0 ha como área mínima e 14,5 ha como área máxima.

* Com pastagens de inverno, principalmente culturas da aveia e do azevém, a área média foi de 7,0 ha, e este valor representa 41,3% do total médio dos lotes; neste caso houve uma família que não apresentou esta atividade, enquanto que em outra família a utilização foi de 15,0 ha da área.

* Com pastagens de verão, representada pelas culturas da aveia de verão, do milheto e do pastinho italiano, a área média foi de 1,74 ha, o que representaria 10,26% (nº 3 – Gráfico 2) do total médio dos tamanhos dos lotes, tendo-se neste caso, duas famílias que não

apresentaram esta atividade, da mesma forma que uma família apresentou área de 4,0 ha com esta atividade.

* Com pastagens permanentes e/ou campo nativo, encontra-se valores médios de 1,45 ha de área por lote, sua representação percentual média nesse caso é de 8,58% (nº 4 – Gráfico 2) da área total média dos lotes; sendo que há um caso da não presença deste tipo de cultura no lote da família assentada, e dois casos onde se apresentam com valores de 3,0 ha da área total do lote.

* Quanto às áreas referentes à preservação permanente e de reserva legal, os valores médios encontrados foram de 2,55 ha, havendo duas famílias que não apresentaram este elemento dentro do lote, e casos onde este valor correspondeu a 8,0 ha; ou seja, aqui fica evidenciado que, apesar dos lotes das famílias assentadas, em geral, encontrarem-se dentro do considerado Módulo Rural da região, os valores médios referentes a área de reserva legal, que seria de 20% pela legislação vigente, não estaria sendo cumprido por estas famílias, pois o percentual deste parâmetro neste caso seria de 15% (nº 2 – Gráfico 2). Ocorre que houve casos em que a família foi desta forma assentada pelo órgão competente, ou seja, em área já sem a presença de reserva legal alguma; e casos opostos, onde a família foi assentada dentro de área de mato, ou seja, sem área alguma para desenvolvimento das práticas produtivas agropecuárias. Há, no entanto, casos de área de reflorestamento, representam em valores médios 1,4% da área (nº 6 – Gráfico 2), assim como de utilização racional da condição determinada pelo mato, pois algumas famílias utilizam-no como fonte de renda através dos produtos que este fornece, através de plantas frutíferas e de erva-mate, cultivados em sistema agro-silvo-pastoril.

* Já com relação às atividades de pomar e horta doméstica, o valor médio das áreas é de 0,11 ha; no entanto, todas as famílias apresentam horta e pomar em seus lotes, tendo-se um caso onde a área alcança 0,8 ha, pelo fato do pomar possuir expressividade, seu valor

percentual é de 0,60% (nº 7 – Gráfico 2). Ressalta-se a importância para a boa dieta diária das famílias a produção própria que advém das suas hortas e pomares. Neste caso, não se quantificou e nem tipificou quais as culturas que se encontram presentes, mas se identificou mais de 20 *sp.* dentro das hortas, e mais de 6 *sp.* dentro dos pomares.

* As benfeitorias e suas imediações apresentam um valor médio de 0,41 ha da área do lote, e seriam responsáveis percentualmente por 2,39% (nº 5 – Gráfico 2) do tamanho total do lote. Neste parâmetro se encontra o local de moradia da família assentada, além dos galpões para guarda das colheitas agrícolas e dos equipamentos produtivos, o estábulo para manejo dos bovinos, a pocilga para produção/reprodução de suínos, o galinheiro como encerra das aves; e se contabiliza também aqui os valores referentes aos caminhos e estradas que levam ao lote, à moradia e suas instalações, e demais locais do lote.

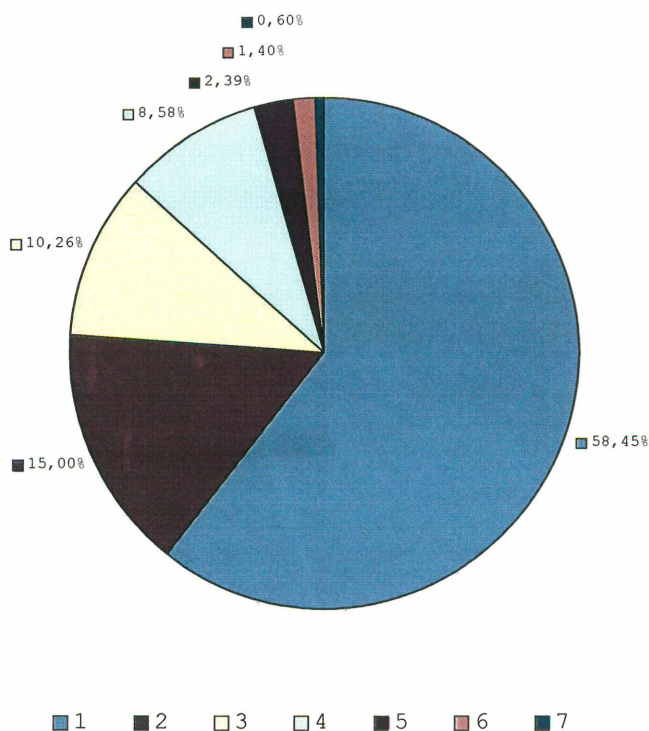


Gráfico 2: Representa percentual médio de utilização/ocupação dos lotes da reforma agrária no período de verão nos assentamentos da região de Sarandi/RS.

5.3 As Instalações e os Equipamentos

As condições das instalações e como elas se constituem, apresentam uma condição bastante interessante, visto que:

* A casa, local de moradia da família assentada apresenta em média dimensões de 72,1 m², sendo de 49m² a de menor área e 90m² a de maior, tendo-se no mínimo 6 e no máximo 8 peças(cômodos), que correspondem à banheiro, cozinha, quartos, sala e varanda/área. Quanto ao material de construção, 3 das casas seriam de madeira e 8 mistas (alvenaria exterior e madeira no interior), o que demonstra, dentro da média, que a vida útil destas seria consideravelmente elevada. O piso destas casas é composto de lajotas ou de concreto, tendo-se um caso de piso de madeira. A cobertura destas casas é de telha de barro ou de telha de amianto. Analisando-as quanto ao estado de conservação, dá para se dizer que somente uma destas casas estaria em estado de conservação precário, as demais estariam em estados regulares ou bons; isso se deve às políticas de crédito que se teve para o sistema de habitação nos assentamentos; no entanto, nem todas as famílias tiveram acesso a estas políticas, e as casas de característica mista se apresentam construídas à no máximo 5 anos, já as de madeira possuem de 10 a 15 anos de construção. As estruturas de banheiro foram consideradas como completas por todas as famílias assentadas, ou seja, com vaso de descarga, pia e chuveiro, demonstrando a qualidade das instalações sanitárias que estas possuem. E todas as famílias do estudo dispõem de energia elétrica nas moradias, da mesma forma que possuem água encanada para atendimento das necessidades básicas das famílias, melhorando a qualidade de vida das mesmas.

* Os galpões, utilizados para guarda das produções agrícolas, equipamentos e utensílios, todos têm como material de construção predominante a madeira e apresentam tempo de construção de 6,5 anos; já suas dimensões variam de 16 a 100 m², tendo-se em média 65,6 m². No entanto, cada família possui somente uma unidade desta estrutura.

* Os estábulos, para o manejo dos bovinos, apresentam-se em grande parte com estrutura de característica mista, pisos de concreto ou alvenaria e paredes de madeira, tendo-se casos de estruturas só de madeira. Servem principalmente à atividade leiteira, um importante componente na determinação da fonte de renda das famílias assentadas da região. No estábulo se encontram os principais equipamentos do sistema produtivo do leite: a ordenhadeira e o resfriador do leite. Estas instalações possuem em média 3 anos de uso, e devem possuir um tempo de vida útil de 40 anos, demonstrando-se a importância que está ganhando nos últimos anos este setor para as famílias assentadas. No entanto, 4 famílias não apresentam esta estrutura da forma como recém descrevemos; para estes casos, os galpões também servem como estábulo.

* As pocilgas, que servem para manejo de produção/reprodução de suínos, apresentam área média de 21,1 m², tendo como material de construção a madeira, e esta estrutura serve basicamente no contexto produtivo para atender a demanda da família com relação à produção de carne, possuem cerca de 6 anos de uso, e teriam vida útil de 30 anos. Tem casos que, além da produção para consumo, também comercializam suínos, através da carne ou de seus subprodutos; e nestes casos esta atividade contribuiria com entrada de recursos financeiros de forma significativa para o lote. Há dois casos em que os galpões também servem como estrutura para a criação de suínos.

* Os galinheiros, são construídos de madeira e apresentam área média de 8,7 m², servindo para resguardo da produção avícola que atende ao consumo de carne e ovos da família, tendo-se comercialização destes de forma descontínua, ou de forma contínua para somente algumas famílias. Os mesmos foram construídos há intervalos que variam de 2 anos a 14 anos, tendo-se em média de 6,5 anos de uso; 2 famílias não possuem galinheiros.

* Equipamentos da produção vegetal, quando de vida útil longa, caso de motores, máquinas trilhadeiras, carretos ou carroças e trituradores de cereais, apresentam tempo de uso

de 5 a 20 anos pelas famílias ou de quem elas teriam adquirido o equipamento. Estes possuem sua importância pelo fato de serem responsáveis por tarefas consideradas rápidas e simples, e o tempo dedicado seria de 1 a 2 horas e de forma esporádica. No entanto, além destes equipamentos, que podem ser considerados de grande porte, existem os de pequeno porte, que neste trabalho considerou-se como utensílios, e estes seriam utilizados para as tarefas relacionadas à produção para o auto-consumo; seriam: semeadoras manuais, pulverizador costal, arados e capinadeiras de tração animal, moto-serras, enxadas, enxadões, pás, foices, facões e machados, estes apresentando tempo de uso de 1 a 8 anos, e sendo repostos regularmente; e apesar da pouca importância que se dá a estes utensílios, estes são responsáveis por uma parte muito importante da vida da família assentada, pois seria a partir das tarefas que estes utensílios realizam, que se garante uma boa dieta alimentar e até mesmo as condições de trabalho para se garantir a segurança alimentar.

* Dos equipamentos da produção animal, a ordenhadeira, que realiza a tarefa da tirada do leite, é o equipamento que mais tem encontrado aceitabilidade pelas famílias, pelo fato de fazer com que o tempo e o trabalho com esta atividade sejam dinamizados; nos depoimentos durante o trabalho realizado, quem ainda não possuía uma estava em busca de poder adquirir. Já o resfriador de leite, responsável por poder garantir, após a tirada do leite, a qualidade deste produto, somente uma família não possuía ainda este equipamento, e para esta tarefa utilizava a geladeira ou o congelador. A ordenhadeira, que apresenta vida útil de 20 a 25 anos, pôde ser encontrada em 7 famílias, que já a possuíam em média há 3 anos e 9 meses; o resfriador de leite, que tem vida útil de 10 a 15 anos, encontrou-se presente em 10 das famílias, que já o possuíam em média há 6 anos.

5.4 A Produção das Famílias

Em termos de produção agrícola de verão, as culturas que ocupam mais área são a soja, o milho e o feijão, que ocupam respectivamente áreas médias de 7,0 ha (nº 1 – Gráfico 3), 3,27 ha (nº 2 – Gráfico 3) e 0,35 ha (nº 3 – Gráfico 3); nota-se assim a importância que apresenta a cultura da soja para as famílias, havendo, no entanto, uma família não produziu soja. Já a cultura do milho esteve presente em todas as famílias, e o feijão só não foi encontrado em duas das famílias pesquisadas.

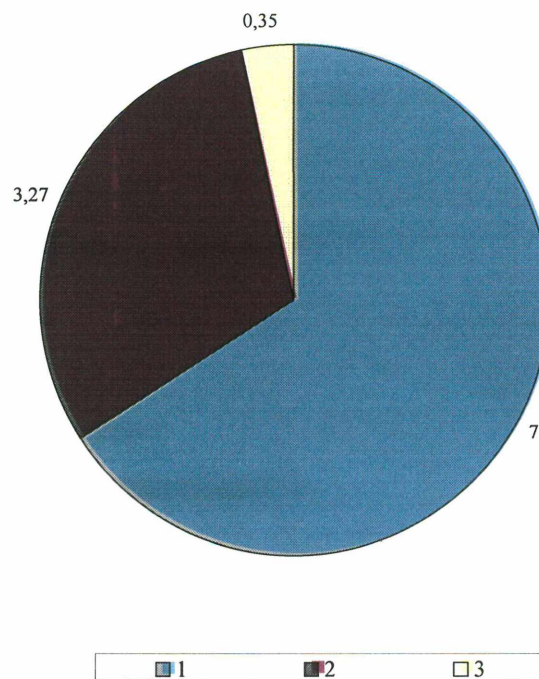


Gráfico 3: Percentual médio de área ocupada com cada atividade agrícola por lote dos assentamentos da Reforma Agrária na região de Sarandi/RS.

As culturas agrícolas de inverno são dedicadas basicamente para pastagens, sendo cultivados aveia e azevém, tanto plantado como espontâneo; já em duas famílias, além de produzirem pastagens, também produziram trigo em áreas de 2,0 ha uma e 6,0 ha outra, com produção de 360 kg/ha em média, sendo então a produção somente utilizada para o consumo destas famílias.

Também são cultivadas outras culturas, como arroz, mandioca, batata-doce, amendoim, cana-de-açúcar, batatinha e tantas outras *sem expressão* quanto a aspectos de ocupação de área e comércio; no entanto extremamente importantes do ponto de vista da boa

dieta alimentar que garantem às famílias. É de se ressaltar que nem todas as famílias produzem todas estas culturas, mas pelo menos duas destas culturas não faltam às famílias.

As culturas de aveia e azevém no inverno, além de servirem como alimentação para o gado, exercem a função de cobertura do solo nas áreas de lavoura dos estabelecimentos. Nestas mesmas áreas, no verão, se realizará o plantio direto de milho ou soja, que é uma prática que todos dizem fazer, e que contribui para redução da erosão do solo, como também a redução dos gastos para a produção, pois já não é necessário um preparo intenso de solo.

Quanto à produtividade média que apresentou a produção vegetal, para o milho foi de 59,8 sacos/ha, o que equivale a 3.591 kg/ha; devemos mencionar que, para três famílias, em razão da estiagem que afetou a cultura no momento de pendoamento, a produtividade média foi de 15 sacos/ha, ou seja, se estas forem desconsideradas na média, a mesma apresenta valores de 77,7 sacos/ha, que equivalem a 4.661 kg/ha. Praticamente toda esta produção é utilizada para o consumo dos animais no âmbito dos estabelecimentos, sendo comercializado o excedente apenas nas famílias que apresentaram uma produção muito alta, bem acima das suas necessidades. Já na cultura da soja, que foi comercializada integralmente, a produtividade média foi de 40,7 sacos/ha, o que equivale a 2.442 kg/ha. E o feijão apresentou produtividade média de 14,25 sacos/ha, o que equivale a 855,9 kg/ha, sendo que este teve como destino principal a mesa da família assentada. A produção e a produtividade de aveia e azevém não foram quantificadas, já que as famílias assentadas destinam esta produção aos bovinos, sem a quantificar.

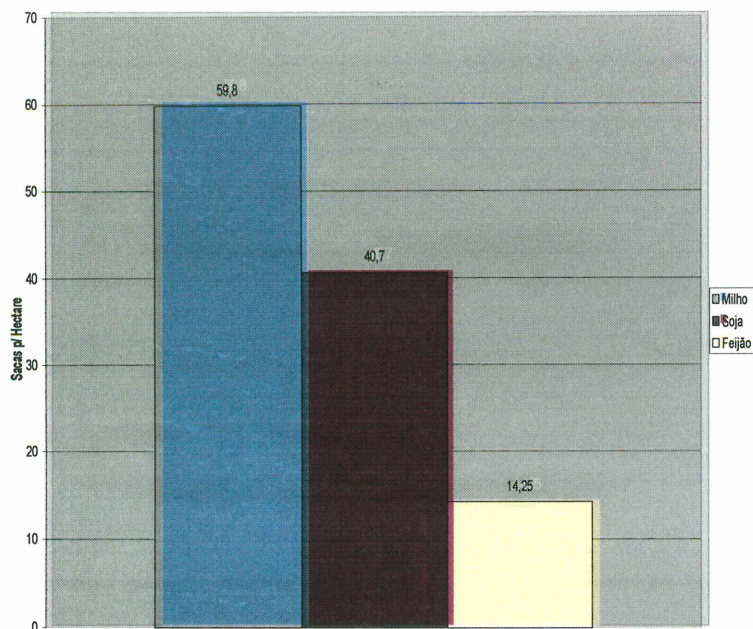


Gráfico 4: Produtividade média apresentada pelos grãos em sacas por hectare nos lotes dos assentamentos da reforma agrária das famílias estudadas na região de Sarandi/RS .

Apesar das famílias apresentarem produtividades médias altas, isso, no entanto, não garante uma boa rentabilidade, visto apresentarem custos de produção elevados, produzirem em pequena escala, e o preço pago pelos produtos por ocasião da venda ser baixo. O que justifica as freqüentes afirmações do tipo: “quando já vendemos nossa produção daí sim, ela vale alguma coisa”; “ até parece que os bancos (credores) e as empresas (compradores) têm algum acordo”.

Já em termos de produção animal, a produção de leite é a atividade de origem animal de maior expressão econômica entre as famílias estudadas, apresentando um número médio de 8,72 vacas/família, com produtividade de 6,07 l/vaca/dia. Quanto à produção leiteira, as famílias podem ser divididas em dois segmentos: (1) os que já possuem um bom nível tecnológico, tanto com relação a animais, alimentação, estrutura etc; (2) as famílias que estão iniciando na atividade, e que têm animais em menor quantidade e de menor qualidade, manejo alimentar e estrutura precária para o desenvolvimento da atividade, no entanto trabalhando na atividade e querendo realizar mais investimentos na mesma. Segundo relato das famílias tem-

se períodos em que a produção é maior, e no caso seria nos meses de julho a outubro; condizendo os relatos com os períodos de maior disponibilidade de alimentos para os animais, devido às pastagens de inverno (aveia e azevém).

Tabela 2: Representa o Número de Vacas leiteiras em cada lote dos assentamentos da reforma agrária, junto com a Produção de Leite de cada família durante o ano na região de Sarandi/RS.

Nº Vacas	13	12	6	9	3	9	13	5	8	15	3
Leite/Ano	36000	30000	9600	9600	5000	30000	25000	6600	24000	31000	6000

A produção leiteira hoje vem ganhando cada vez mais importância para as famílias, pois segundo elas, *é dele que tiramos os recursos para atender as demandas mensais da casa*, servindo esta produção como uma entrada garantida de recursos no mês. Também é importante a contribuição da produção animal na produção de alimentos para a família, visto que este segmento é responsável pela produção de carnes bovina, suína e avícola, leite e ovos. Para muitos esta produção é insignificante, mas a pesquisa de campo mostrou resultados interessantes, como o consumo médio de 241 kg de carne bovina por família/ano, 190,9 kg de carne suína por família/ano e 133,6 kg de carne avícola por família/ano; que somados apresentam um consumo médio de 1,54 kg de carne/dia/família, o que representa em média um consumo de carne de cerca de 500 g/pessoa/dia. Este valor, no entanto, não pode ser considerado somente para o consumo da família no lote, visto que alguma parte da produção não é consumida por ela, e sim é repassado para os que se retiraram do lote, e moram na cidade; pois se apresentou a seguinte afirmação pelo assentado, *eu não consigo consumir tudo isso, um pouco eu mando pro filhos na cidade*, no entanto, apesar desta afirmação os valores referentes a produção deste segmento são significativas. Demonstrando a importância deste segmento para a família, tanto no lote como fora dele. Das famílias que foram analisadas, algumas também praticavam o comércio da produção de carnes, sendo que para estas a venda da carne pode ser comparada em termos de ingresso de renda, à produção de leite.

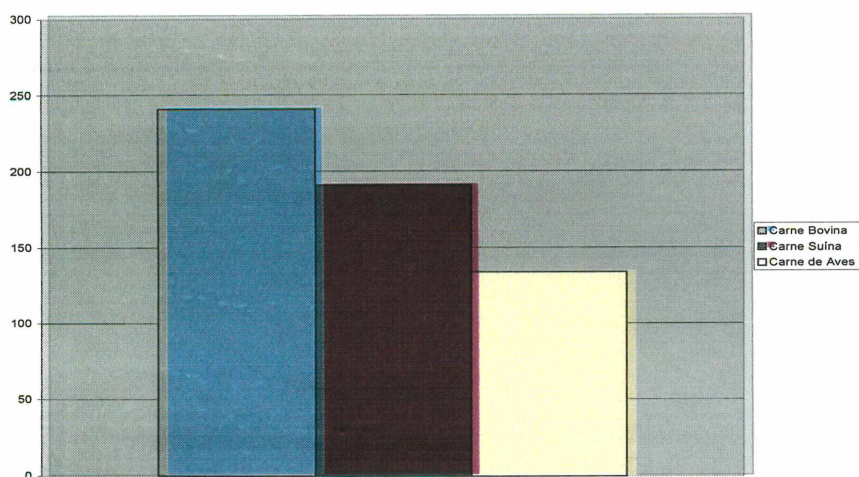


Gráfico 5: Produção de Carne Consumida em média pelas famílias estudadas.

5.5 Resultados Econômicos das Unidades de Produção Familiares

Aqui, vamos tentar mostrar a situação das famílias assentadas, levando-se em consideração o resultado econômico que as famílias estudadas apresentam. É importante frisar que os dados aqui apresentados são referentes às condições de somente seis famílias, não tendo sido possível ampliar a amostra, posto as grandes incertezas e dificuldades que se apresentaram para a efetivação da pesquisa e realização do trabalho. Também refletem os resultados e características de apenas um ano agrícola, o que representa um período muito pontual na trajetória econômica das famílias assentadas. Sendo os dados da produção agropecuária referentes à safra 2005/2006 e produção animal em termos médios os referentes ao ano de 2006, mas em alguns casos se considerando 2005; os valores utilizados foram todos baseados nas declarações que as famílias deram durante a realização do trabalho. Somente nos casos dos valores referentes a custos intermediários, e em que a família assentada não se lembrava dos valores, foram então utilizados os valores médios do mercado varejista local; e no caso dos valores dos encargos financeiros, estes foram fornecidos pelo sistema financeiro que dá acesso à crédito aos assentados.

Assim, com base nos dados coletados a campo, pudemos calcular os seguintes fatores do resultado econômico dos lotes: Produto Bruto, Consumo Intermediário, Depreciações,

Valor Agregado e Renda Agrícola. A partir dos mesmos, chegamos à determinação do Nível de Reprodução Simples (NRS); e a algumas proposições para o planejamento das unidades de produção familiares analisadas.

5.5.1 O Produto Bruto

Este valor é o resultante da soma monetária que apresentaram as famílias assentadas, dentro da produção, que tanto comercializam e/ou consomem em termo de produtos de origem vegetal e animal, conjugado com o que está estocado para as mais diversas finalidades; mais o ingresso proveniente da prestação de serviços.

Dentro dos resultados que foram coletados no trabalho de campo, os valores encontrados para a produção vegetal tiveram variação de R\$ 180,00 a R\$ 8.800,00, conforme tabela 3; sendo estes valores correspondentes à produção de feijão, soja e milho. A soja, sendo destinada basicamente à comercialização, foi a cultura que apresentou maior expressão monetária dentro deste segmento, em alguns casos foi a única produção que apresentou renda, e só não esteve presente em uma das famílias. Já o milho apresentou Produto Bruto em uma família e neste caso representou 14,63% do produto bruto vegetal. Para as demais UPFs esta cultura é cultivada e destinada basicamente para o consumo dos animais, não havendo a sua quantificação separadamente; no entanto os assentados ressaltam a sua importância para o lote. E o feijão esteve presente em duas famílias como produto bruto vegetal, representando 100% do valor em uma família e 1,04% na outra. Ficando, no entanto, a soja apresentando os maiores valores percentuais, que chegaram a representar de 98,96% a 100% dos resultados provenientes do produto bruto vegetal. Isso evidencia ainda a importância e o papel que apresenta a cultura da soja para as famílias assentadas dentro do contexto da produção vegetal.

Tabela 3: Valores encontrados para Produto Bruto Vegetal nos lotes da reforma agrária dos Assentamentos Encruzilhada Natalino Fase IV e Tarumã II.

Família	Produto Bruto Vegetal
f1	R\$ 8800,00
f2	R\$ 180,00
f3	R\$ 8160,00
f4	R\$ 8600,00
f5	R\$ 8200,00
f6	R\$ 7680,00

Nos valores encontrados a campo de produto bruto de origem animal, os mesmos tiveram variação monetária de R\$ 4.591,80 a R\$ 51.230,76 conforme tabela abaixo; e estão representados pela produção de leite, carne e subprodutos, como queijo, salame e ovos. A produção de leite está presente em todas as famílias, e representam percentualmente valores que variam de 25,46% a 75,58% do produto bruto de origem animal; já os valores referentes à produção de carnes se encontram percentualmente representando o produto bruto de origem animal variando entre 23,17% a 56,83%, sendo neste último caso (o de 56,83%) considerado o produto de maior importância para a família. Também a carne é um produto que esteve presente em todas as famílias do estudo. Os subprodutos produzidos, apesar de apresentarem valores percentuais menores, têm sua importância por se destinarem basicamente ao consumo das famílias, e para estes os valores percentuais encontrados variaram de 1,25% a 17,71%. Cabe se mencionar que, para uma família do estudo, o percentual relativo do produto bruto total em relação ao PB de origem animal foi de 99,65%, ou seja, esta família é totalmente dependente desta modalidade de produção.

Tabela 4: Valores encontrados para Produto Bruto Animal nos lotes da reforma agrária dos Assentamentos Encruzilhada Natalino Fase IV e Tarumã II.

Família	Produto Bruto Animal
f1	R\$ 11248,00
f2	R\$ 51230,76
f3	R\$ 18122,00
f4	R\$ 15773,00
f5	R\$ 27185,00
f6	R\$ 4.591,80

Fazendo-se um comparativo entre a importância de cada segmento para o conjunto das unidades de produção familiares, encontraram-se valores percentuais variando entre 62,58% do produto bruto vindo da produção vegetal e de 99,65% do produto bruto provindo da produção animal. O que de certa forma, se desconsiderarmos o valor apresentado de 99,65% do produto vindo de um só segmento, encontraremos uma produção agrícola entre as famílias assentadas de caráter diversificado, ou seja, a família assentada não depende somente de uma modalidade produtiva, ou uma só cultura ou produção; e sim de mais de uma atividade ou várias, o que de certa forma lhe possibilita uma melhor condição de vida, com melhor aproveitamento do potencial que tem o lote.

Durante a realização do trabalho de campo, encontrou-se um caso em que havia rendimentos que provinham de fora do lote; este apresentava produto bruto proveniente da prestação de serviços, e que correspondia percentualmente a 12,05% do produto bruto total gerado pela família; as demais famílias têm toda sua composição do produto bruto gerado no próprio lote ou unidade de produção agrícola familiar, ou seja, toda sua renda depende exclusivamente do que ela produz, tendo então esta produção como destino o consumo e/ou a comercialização.

5.5.2 Os Consumos Intermediários

Os valores encontrados a campo, referente ao que consideramos como consumo intermediário, seriam os chamados custos de produção que apresentam as unidades de produção, e são representados pelos valores que possuem os fertilizantes, as sementes, os herbicidas, os inseticidas, os fungicidas, os pagamentos da realização de serviços para os produtos de origem vegetal. E para os produtos de origem animal, representariam o que é consumido como: ração comprada, concentrado, farelos e farinhas, produtos sanitários, fertilizantes, sementes, herbicidas, pagamento de serviços e produtos agrícolas comprados.

Encontraram-se como custos do consumo intermediário da produção vegetal, valores que variaram de R\$60,00 a R\$6.153,70; sendo que na representação percentual dos valores referentes ao custo de produção os intervalos percentuais variaram de 75,05% para o de maior valor e 30% para o de menor valor. No caso do percentual de maior valor ocorre um maior nível tecnológico, ou seja, está sendo adotado um padrão tecnológico muito caro para a realidade da família assentada, ocasionado pela utilização maciça de insumos externos ao lote; e tal se deve ao fato de que a terra recebida apresentava teores pobres do ponto de vista mineral, e que necessita ainda de recursos para recuperar esta deficiência do lote. Em termos médios, os valores percentuais dos custos de produção, baseados no produto bruto gerado para a produção vegetal, o mesmo correspondeu a 47,63% do total. Pode-se considerar este valor alto, no entanto, a cultura da soja, que é a maior responsável pelo produto bruto vegetal, é uma cultura extremamente dependente de insumos e equipamentos externos, para a condição atual do lote.

Tabela 5: Valores encontrados para Consumo Intermediário Vegetal nos lotes da reforma agrária dos Assentamentos Encruzilhada Natalino Fase IV e Tarumã II.

Família	Consumo Intermediário Vegetal
f1	R\$ 3536,40
f2	R\$ 60,00
f3	R\$ 4157,00
f4	R\$ 3275,45
f5	R\$ 6153,70
f6	R\$ 3949,10

Já para a produção de origem animal, os valores dos custos de produção variam de R\$ 752,00 a R\$ 9.231,80, ficando a representação percentual maior em 48,63% e a menor em 16,38%; no caso do percentual maior, explica-se pela necessidade de complementação de pastagem e ração que se faz necessária para atender a demanda dos animais durante o ano. Em termos médios, o valor percentual referente ao custo de produção para os produtos de origem animal, girou em torno de 24,02% para as famílias; isso se deu basicamente pelo fato de que os agricultores utilizam como base para a alimentação dos animais as pastagens nativas e

espontâneas, da mesma forma que produzem o milho usado para a alimentação dos animais, o que de certa forma faz com que os seus custos baixem substancialmente.

Tabela 6: Valores encontrados para Consumo Intermediário Animal nos lotes da reforma agrária dos Assentamentos Encruzilhada Natalino Fase IV e Tarumã II.

Família	Consumo Intermediário Animal
f1	R\$ 2778,40
f2	R\$ 9214,00
f3	R\$ 3942,50
f4	R\$ 2321,30
f5	R\$ 9231,80
f6	R\$ 752,00

5.5.3 As Depreciações

Os dados que deram os resultados referentes às depreciações se basearam somente no que as famílias assentadas informaram com relação às suas instalações e seus equipamentos utilizados para a produção vegetal e animal, e isso relativo a condições, utilização, vida útil, custo de uma instalação nova, custo residual ao final da vida útil da instalação e o tempo de vida desta instalação.

Quanto aos valores da depreciação para as instalações, os mesmos variaram de R\$ 113,34 (f6) a R\$ 844,00 (f2), sendo estes valores referentes às produções tanto vegetal quanto animal, conforme é demonstrado na tabela abaixo. Os valores percentuais, relativos ao produto bruto da produção, foram de 0,77% a 1,64%, tendo-se como valor médio de 1,26% do produto bruto. Já as instalações hoje existentes, ainda teriam no mínimo 10 anos de vida útil, demonstrando a qualidade apresentada na aquisição do material e sua boa utilização por parte das famílias.

Tabela 7: Valores encontrados para Depreciação das Instalações nos lotes da reforma agrária dos Assentamentos Encruzilhada Natalino Fase IV e Tarumã II.

Família	Depreciação das Instalações
f1	R\$ 315,00
f2	R\$ 844,00
f3	R\$ 415,00
f4	R\$ 186,66
f5	R\$ 300,00

f6	R\$ 113,34
----	------------

Com relação aos valores de depreciação apresentados para os equipamentos, os mesmos são, exceto em um caso, relativos somente à produção de origem animal, e apresentaram valores que variaram de R\$ 94,38 (f6) a R\$ 915,00 (f2). No caso da depreciação relacionada à produção agrícola como um todo, o valor encontrado foi de R\$ 2.558,00 (f5), e representa percentualmente 9,40% do produto bruto gerado no lote, estas depreciações são representadas na tabela abaixo. O que demonstra de certa forma o alto grau de desvalorização que apresentam estes equipamentos para a família assentada.

Tabela 8: Valores encontrados para Depreciação dos Equipamentos nos lotes da reforma agrária dos Assentamentos Encruzilhada Natalino Fase IV e Tarumã II.

Família	Depreciação dos Equipamentos
f1	R\$ 208,23
f2	R\$ 915,00
f3	R\$ 135,00
f4	R\$ 180,47
f5	R\$ 2558,00
f6	R\$ 94,38

5.5.4 O Valor Agregado

O Valor agregado bruto corresponde ao PB gerado descontado de CI, e para as famílias assentadas em questão apresentou valores que variam entre os intervalos de R\$ 7562,98(f6) a R\$ 42136,76(f2) e representa neste caso a diferença ocasionada pelos ingressos junto a UPF e pelos custos operacionais desta.

Já o valor agregado líquido corresponde ao VAB descontado a D; para as seis famílias do estudo os valores ficaram entre R\$ 7362,98(f6) a R\$ 40377,76(f2); estes valores, entretanto, não correspondem ao valor da produção que é retido pelo agricultor, pois não está descontado, a este valor os encargos dos impostos estaduais e federais relativos à produção e os do sistema financeiro. Os valores de VAB e VAL são apresentados na tabela 9.

Tabela 9: Valores encontrados para Valor Agregado Bruto e Valor Agregado Líquido nos lotes da reforma agrária dos Assentamentos Encruzilhada Natalino Fase IV e Tarumã II.

Família	Valor Agregado Bruto	Valor Agregado Líquido
f1	R\$ 13733,20	R\$ 13209,97
f2	R\$ 42136,76	R\$ 40377,76
f3	R\$ 21782,50	R\$ 21132,50
f4	R\$ 18776,25	R\$ 18409,12
f5	R\$ 11800,00	R\$ 8942,00
f6	R\$ 7570,70	R\$ 7362,98

5.5.5 Os Encargos

Os valores referentes aos encargos foram baseados no desconto que representa o imposto do FUNRURAL, que é de 2,2% do valor total da produção agropecuária bruta; e dos descontos relativos ao imposto do serviço financeiro que possibilita acesso ao crédito por parte destas famílias, e que ficam em torno de 6%.

No entanto, cabe esclarecer que, pelo fato das famílias assentadas utilizarem parte da produção para consumo e/ou estoque, e a realização da comercialização nem sempre ser realizada de forma oficial, o valor do imposto do FUNRURAL não é realmente pago em sua totalidade. Mas, neste trabalho, este valor foi considerado como gasto em sua integralidade. E os valores encontrados a campo foram de:

Tabela 10: Valores encontrados para encargos de FUNRURAL e Sistema Financeiro nos lotes da reforma agrária dos Assentamentos Encruzilhada Natalino Fase IV e Tarumã II.

Família	FUNRURAL	Sistema Financeiro	Encargos Totais
f1	R\$ 379,94	R\$ 360,00	R\$ 739,94
f2	R\$ 1131,04	R\$ 360,00	R\$ 1491,04
f3	R\$ 657,40	R\$ 360,00	R\$ 1017,40
f4	R\$ 536,20	R\$ 360,00	R\$ 896,20
f5	R\$ 598,07	R\$ 498,00	R\$ 1096,07
f6	R\$ 310,45	R\$ 354,00	R\$ 664,45

Assim, os valores referentes ao imposto do FUNRURAL variaram de R\$ 310,45 (f6) a R\$ 1.131,04 (f2), utilizando-se como fator de multiplicação os valores da produção agropecuária bruta gerada na unidade de produção familiar.

Já os valores cobrados pelo sistema financeiro variaram de R\$ 354,00 (f6) a R\$ 498,00 (f5), devido aos diferentes valores dos financiamentos que foram acessados pelas famílias, e que alcançam valores entre R\$ 5.940,00 a R\$ 8.300,00.

5.5.6 A Renda Agrícola

A Renda Agrícola no presente trabalho foi calculada descontado-se do VAL os valores referentes aos encargos. A base dos valores para o cálculo da RA foi tomada somente a partir dos produtos e atividades de maior importância econômica para as famílias em questão, não sendo considerada a produção exclusiva para subsistência.

Os valores de RA encontrados dentro do presente trabalho, variaram de R\$ 6698,53(f6) a R\$ 38886,71(f2), como se demonstra na tabela 11; apresentando uma grande diferenciação entre as rendas das famílias.

Tabela 11: Valores encontrados para Renda Agrícola nos lotes da reforma agrária dos Assentamentos Encruzilhada Natalino Fase IV e Tarumã II.

.Família	Renda Agrícola
f1	R\$ 12470,03
f2	R\$ 38886,72
f3	R\$ 20215,10
f4	R\$ 17512,92
f5	R\$ 7845,93
f6	R\$ 6698,53

5.5.7 O Nível de Reprodução Simples

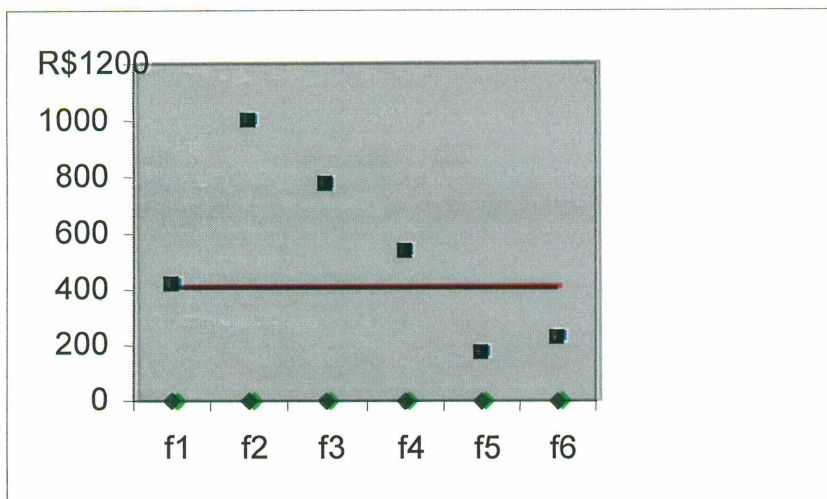


Gráfico 6. Relação entre a Renda Agrícola e o Nível de Reprodução Simples em Unidades de Produção Familiar dos Assentamentos Encruzilhada Natalino Fase IV e Tarumã II.

Legenda

- Valores de renda mensal encontrados para cada família, em R\$
- Nível de Reprodução Simples (NRS)
- ◆ Família

O cálculo da renda mensal no caso da agricultura familiar é feito tomando-se a renda agrícola auferida pela família no ano, dividindo-se por 13 (os 12 meses do ano mais o 13º salário). O valor obtido é dividido pelas unidades de trabalho (como se mostra a seguir) presentes em cada família:

Tabela 12: Valores encontrados para Unidade de Trabalho Homem (UTH) nos lotes da reforma agrária dos Assentamentos Encruzilhada Natalino Fase IV e Tarumã II.

Família	f1	f2	f3	f4	f5	f6
UTH	2,3	3	2	2,5	3,5	2,3

O Nível de Reprodução Simples representa a renda mínima mensal necessária à reprodução socioeconômica do assentado e sua família, que se supõe permitir um nível mínimo de alimentação, habitação, saúde e educação para cada membro familiar. Tomamos como parâmetro neste sentido o valor do Salário Mínimo Regional para atividades da agricultura, que neste caso é de R\$ 405,95.

Como podemos ver no Gráfico 6, os resultados encontrados nesta pesquisa apresentaram três situações:

a) Situação 1 - em que as famílias assentadas se encontram acima do valor do indicador de referência (NRS). São três as famílias nesta situação: f2, com renda mensal de R\$997,09; f3 com renda mensal de R\$777,50 e f4 com renda mensal de R\$538,86. Visto suas condições de capitalização, estas famílias estão conseguindo, além de remunerar o trabalho familiar, fazer investimentos na atividade produtiva a fim de melhorar as condições gerais da unidade de produção.

b) Situação 2 - uma família (f1) apresentou valor bem próximo ao do indicador de referência (NRS), com renda mensal de R\$ 417,05 per capita. Pode-se considerar que esta família encontra-se em situação de estagnação, pois embora consiga obter renda para remunerar minimamente o trabalho familiar, não consegue fazer nenhum investimento em suas condições produtivas, o que, a médio prazo, vai levar a uma situação de comprometimento de sua capacidade produtiva. Conforme depoimento de um membro de f1: *“parece que estou preso, pois não vou nem para trás nem pra frente; mas eu preciso ir para frente para cumprir com meus compromissos já assumidos.”*.

c) Situação 3 - Já duas famílias (f5 e f6) apresentaram valores abaixo do indicador de referência (NRS). A renda mensal de f5 foi de R\$ 172,44 e a de f6 foi de R\$ 224,03 per capita.

Esta situação indica que tais famílias não estão obtendo renda suficiente nem para remunerar o trabalho familiar ao nível do salário mínimo regional para atividades agrícolas, encontrando-se em situação de descapitalização. Caso as suas condições não se alterem para melhor, dificilmente estas famílias vão continuar produzindo na agricultura.

5.6 Tipos de Sistemas de Produção

Com base nos dados coletados no trabalho, podemos identificar três tipos diferentes de Sistemas de Produção (SP) para estes estabelecimentos familiares:

a) Sistema de Produção Leite/Soja (SPLS) - Duas famílias (f3 e f5) podem ser enquadradas neste SP, pois em ambas os resultados da produção de leite somada com a produção de soja, representam mais de 75% do Produto Bruto (PB) do lote. Sendo neste caso a produção leiteira a mais relevante, pelo fato de representar 48,8% do PB em f3 e 52% do PB em f5 respectivamente; a produção de leite destas famílias é comercial e entregue a CODASUL. A produção de soja é feita em 11 ha (f3) e em 8 ha (f5), sendo toda ela comercializada. Ambas as famílias contam para a produção de leite com equipamentos como resfriador de leite e ordenhadeira, além do estábulo. Em termos de força de trabalho, f3 conta com 2 Unidades de Trabalho Homem (UHT) e f5 com 3,5 UHT. Para a produção de soja, f3 se utiliza da contratação de serviços junto a terceiros para execução das tarefas. Já f5, possui trator e implementos próprios e deles se utiliza para a realização das operações produtivas.

b) Sistema de Produção Soja/Leite (SPSL) - três famílias (f1, f4 e f6) podem ser enquadradas neste SP. Elas apresentam condições semelhantes de estrutura, onde possuem resfriador e ordenhadeira para a produção leiteira (exceto f6 que não possui ordenhadeira), e onde a produção de soja é a que predomina no somatório do PB. Outro aspecto comum neste SP é que todas as famílias contratam serviços de terceiros para as operações necessárias ao cultivo da soja e tanto a produção de leite como a de soja é comercializada com a CODASUL. A área destinada ao plantio de soja neste SP varia de 7 a 8,5 ha. A força de trabalho compõe-se de 2,3 UHT para f1, 2,5 UHT para f4 e 2,3 UHT para f6.

c) Sistema de Produção Carne/Leite (SPCL) – Uma família (f2) enquadra-se neste SP, que apresenta como carro chefe do lote a produção de origem animal. Caracteriza-se este SP pela produção de carne e de leite, que são responsáveis por mais de 80% do produto bruto gerado. Toda a estrutura do lote está destinada a esta modalidade de produção, assim como a mão de obra da família. A disponibilidade de mão-de-obra se dá tanto nos aspectos de produção assim como de comercialização, já que os produtos são comercializados pela

própria família no município de Pontão-RS. No entanto, a maior parte da produção de leite é vendida também a CODASUL. A força de trabalho de f2 é de 3 UHT.

5.7 O Planejamento

Dentro do que foi visto na realização deste trabalho, podemos afirmar que as espécies vegetais e animais cultivadas e criadas nas UPFs analisadas são adaptadas às condições da região; ou seja, as respostas que podem apresentar e apresentam são compatíveis com as condições que apresenta a região. O grau de uso da terra, bem como a distribuição das glebas em lavouras, pomares, hortas, pastagens etc, é o que se pode considerar como de utilização e manejo racionais dos meios disponíveis.

A produção vegetal na região é realizada dentro dos períodos considerados adequados para cada cultura. No entanto, segundo os depoimentos das famílias das UPFs estudadas, o período relativo à comercialização da produção não é adequado. As UPFs não possuem armazéns para estocagem de produtos e, portanto, obrigam-se a vender a produção logo após sua colheita, o que leva a receberem menores preços neste período de comercialização, devido a grande oferta de produto que há então no mercado. No entanto a comercialização no período logo após colheita serve para pagamento de compromissos gerados durante o ciclo cultural.

O mesmo também ocorre com a produção de origem animal, visto que os produtos provenientes deste segmento são muito perecíveis, ou seja, precisam de condições adequadas de armazenamento por um certo período de tempo, a fim de viabilizar a comercialização com melhores condições de venda. Para isso, hoje a CODASUL está investindo na construção de um laticínio, que assim faria com que o produto gerado pelas famílias cooperadas fosse mais valorizado, e elas não precisassem investir muito neste setor.

As famílias que participaram do presente estudo também mencionaram como problemática a distância do lote até os pontos de comercialização ou aos depósitos dos

produtos. O que de certa forma interfere na renda que por ventura podem auferir, pois para ganharem melhores preços tem de levar o produto mais longe. A comercialização fica assim com as empresas ou cooperativas que possuem condições de transportes. Para melhorar esta questão, as famílias poderiam se organizar em grupos de comercialização, para diminuir os custos com instalações e equipamentos de armazenagem, custos de transporte e também ampliaria as possibilidades de negociação com os compradores da produção.

Com base na análise dos resultados econômicos e em termos de futura pauta de planejamento para as UPFs estudadas, menciona-se as sugestões a seguir. Para f5(SPLS), a fim de que possa melhorar os resultados econômicos, seria importante que conseguisse diminuir os custos de produção que possui; e em especial no caso da produção leiteira, podendo-se sugerir a implantação de áreas de pastagens permanentes. Também poderia obter rendas suplementares se realizasse prestação de serviços para terceiros, pois tem maquinário e implementos disponíveis para tanto.

Tanto para f1 como para f6(ambas SPSL), pode ser interessante investir mais na produção leiteira e diminuir a importância que possui a soja no PB da UPF, visto não possuírem muita área nem os equipamentos necessários para o desenvolvimento desta atividade. Além disso, conta estar o setor leiteiro em expansão e com potencial de crescimento na região; bem como as condições de mão-de-obra de f1 conseguirem atender ao proposto e mesmo já possuir área de pastagem permanente, sendo necessário somente um melhor aproveitamento deste recurso.

Para f3(SPLS) e f4(SPSL), pode ser sugerido melhorar o espaço de ocupação do lote, visto que possuem grande área de pastagem em caráter permanente; no entanto esta ainda não conseguiu atingir o ponto ótimo de produção e utilização, e neste momento se encontram em condições precárias de uso, pelo mau manejo realizado; outro aspecto a se considerar seria um

maior investimento na produção de carnes e subprodutos de origem animal, pois há potencial não utilizado nas condições destas UPFs para desenvolver melhor estas atividades.

No que se refere à f2(SPCL), sugere-se a realização de um escalonamento na produção de carnes, garantindo uma oferta mais regular dos produtos para os seus consumidores, bem como evitaria picos de trabalho no âmbito da UPF, com a distribuição mais eqüitativa do trabalho ao longo da semana ou do mês.

6. Considerações Finais

A contribuição dada pelo e para o Projeto Residência Agrária pode ser considerada excepcional; primeiramente, porque as famílias aqui estudadas tomaram conhecimento da sua própria realidade, em termos dos seus potenciais e deficiências produtivas. Alguns agricultores afirmaram que nunca tinham pensado na perspectiva de *ver o que se tem para depois se pensar o futuro*, concluindo que este pode ter sido um dos fatores que determinou as condições que atualmente apresentam, ou que tiveram no passado.

Outra contribuição relevante foi a experiência onde tivemos a oportunidade de compartilhar vivências, e que na perspectiva de profissional de ciências agrárias, possibilitou-nos chegar mais próximos dos verdadeiros sujeitos do ofício da agricultura. Não esquecendo, no entanto, a forma árdua com que se desenrolou este trabalho; pois o mesmo foi sempre muito mais desempenhado sob condições de incertezas do que de certezas, em razão dos mais diversos fatores no âmbito educacional e/ou profissional e burocrático que apresenta nosso país.

A partir do estudo realizado, temos convicção de que o trabalho quando feito de forma interativa, entre técnico e família assentada, apresenta resultados bem mais satisfatórios; e que, para que a assistência técnica fornecida seja adequada, é indispensável que se conheça a realidade das famílias com as quais se irá trabalhar, e que assim não trate todos como iguais,

nem todos como diferentes. E que assim e somente assim, possa contribuir de forma que as famílias consigam atingir suas metas, dando subsídios para que elas elaborem um plano de atuação, onde elas possam elencar as atividades a desenvolver com vistas a alcançar os objetivos e os resultados a que se propõem.

7. Referências Bibliográficas

BAVARESCO, P. A. Uma análise das condições socioeconômicas das famílias do assentamento Annoni (FASE IV) no Rio Grande do Sul. In: TEDESCO, J.C. (Org.). Agricultura Familiar: realidades e perspectivas. Passo Fundo – RS, 2001, v.3, p.255-315.

CARVALHO, H. M. Método de Validação Progressiva. São Paulo – SP 2005.

CUNHA, L. H. *et alli* A construção de índices como instrumentos para retratar a realidade social: uma análise crítica. IN: FRANÇA, Caio Galvão de; SPAROVEK, Gerd (Coords). Assentamentos em debate. Nead Debate; 8. Pg 40-56. Brasília 2005.

DIAZ BORDENAVE, Juan. Comunicação e Planejamento / Juan Diaz Bordenave e Horácio Martins de Carvalho. Rio de Janeiro: Paz e Terra 1979.

PRONAF. Decreto nº 3991, de 30 de outubro de 2001. <http://www.mda.gov.br>. Acessado em 10/setembro de 2006.

FEE/RS.Fundação de Economia e Estatística do Estado do Rio Grande do Sul. <http://www.fee.tche.br>. Acessado em 10/novembro de 2006.

FERNANDES, Bernardo Mançano. A Formação do MST no Brasil. Petrópolis – RJ, 2000.

HOFFMANN, R. et al. Administração da Empresa Agrícola. São Paulo – SP, 1976.

LEITE, Sérgio. Impactos Regionais da Reforma Agrária no Brasil: Aspectos políticos, econômicos e sociais. Reforma Agrária e Desenvolvimento Sustentável/Ministério Desenvolvimento Agrário. Brasília 2000. LEITE, P. S. *et alli (orgs)*. Pg 37-53.

LIMA, A. J. P. et. al. Administração da Unidade de Produção Familiar: modalidades de trabalho com agricultores. Ijuí. Editora UNIJUÍ, 2005.

MARTINS, Paulo R. Reforma Agrária e a questão ambiental: por uma outra concepção. IN: FRANÇA, Caio Galvão de; SPAROVEK, Gerd (Coords). Assentamentos em debate. Nead Debate; 8. Pg 185-198. Brasília 2005.

RÜCKERT, Aldomar A. A trajetória da terra: ocupação e colonização do centro-norte do Rio Grande do Sul: 1827 / 1931. Passo Fundo – RS: Ediupf, 1997. 201 p.

SAUER, S. O significado dos assentamentos de reforma agrária no Brasil. IN: FRANÇA, Caio Galvão de; SPAROVEK, Gerd (Coords). Assentamentos em debate. Nead Debate; 8. Pg 57-74. Brasília 2005.

SPAROVEK, G. *et al.* Resumo de A Qualidade dos assentamentos da Reforma Agrária Brasileira. IN: FRANÇA, Caio Galvão de; SPAROVEK, Gerd (Coords). Assentamentos em debate. Nead Debate; 8. Pg 10-38. Brasília 2005.

ZAMBERLAN, J. Viabilidade Econômica dos Assentamentos do Rio Grande do Sul.
In: Conferência Estadual de Reforma Agrária O uso da terra e o desenvolvimento do Estado.
Caderno de Textos. GRA (Gabinete de Reforma Agrária) Porto Alegre – RS 2001, p.55-60.

Anexos

Anexo 1. Questionário realizado para determinação do NRS das UPFs.

I - Estrutura do Rebanho

a) Bovinos de Leite

Vacas em Lactação				
Vacas Secas				
Novilhas				
Terneiras				
Touros				
Total				

b) Suínos

Matrizes				
Leitoas/recrias				
Cachaços				
Total				

c) Animais de trabalho

d) Outros animais em processo de criação

Tipo	Nº de cabeças
Bois	
Cavalos	
Vacas	
Total	

Tipo	Nº de cabeças
Bovinos	
Suínos	
Ovinos	
Total	

II – Dados do funcionamento da unidade propriedade:

Verão					
Produções	ha	Venda	Consumo familiar	Destinado aos animais (tipo de criação e quantidade)	Deixado p/ Semente
Total					

Inverno					
Produções	ha	Venda	Consumo familiar	Destinado aos animais (tipo de criação e quantidade)	Deixado p/ Semente
Total					

Dados do processo produtivo:

a) sistema de cultivo

Cultivo:				Área:.....				
Preparo do Solo:								
Plantio:								
Tratos Culturais:								
Colheita:								
Tipo e Quantidade de insumos e produtos utilizados:								
Sement es	Adubo s	Corretiv os	herbicid as	Insetici das	Fungicid as	formici das	dies el	outro s
Produção Total	Produção por ha	Destino da Produção						
		Venda s	Pagto de Serviço s	Consumo familiar	Consu mo na UPA	Outros		

b) sistema de criação

Atividade:

Manejo Sanitário:
Manejo Alimentar:
Manejo Reprodutivo:
Tipo e Quantidade de insumos e produtos utilizados:

Vermífugos	Carrapaticidas	Ração Comprada	Concentrado	Farelos/farinha	Sal/vitaminas	Milho comprado	outros
Produção Anual		Produtividade		Produção vendida		Consumo familiar	

III - Resultado econômico da unidade de produção

a) Produto bruto:

a.1) Vegetal:

Atividades	Produção Vendida	Produção utilizada p/ semente	Produção utilizada p/ pgto de serviços	Produção Consumida pela família	Total da produção	Preço de venda	Produto Bruto
A -							
B -							
C -							
D -							
Total do Produto Bruto Vegetal:							

a.2) Animal:

A) Leite						
B) Suínos						
C) Gado/Carne						
D) Subprodutos						
Total do Produto Bruto animal:						

a.3) Serviços Prestados

Tipo de serviço prestado	Recebimento em produto	Recebimento em dinheiro	Valor - total

b) Consumo Intermediário:

b.1) Vegetal

Itens	Quantidade	Valor Unitário	Valor total
Sementes Compradas			
- Soja			
- Milho			
- Trigo			
Subtotal			

Fertilizantes - Soja - Milho - Trigo			
Subtotal:			
Herbicidas - Soja - Milho - Trigo			
Subtotal:			
Inseticidas - Soja - Milho - Trigo			
Subtotal:			
Fungicidas: - Soja - Milho - Trigo			
Subtotal:			
Óleo diesel - Soja - Milho - Trigo			
Subtotal:			
Total consumo intermediário PV			

b.2) Animal

Itens	Quantidade	Valor Unitário	Valor total
Ração Comprada - gado de leite - Suínos - Aves			
Subtotal			
Concentrado - Suínos - Aves			
Subtotal			
Farelo e farinha - Gado de leite			
Subtotal			
Produtos Sanitários - Vermífugos suínos - Vermífugos G. leite - Carrapaticidas gado - Antibióticos gado - Antibióticos suínos - Vacinas			

Subtotal			
Produtos comprados			
- Milho			
- Sorgo			
- Feno			
Subtotal			
Total consumo intermediário PA			

c) Depreciação:

c.1) Instalações:

Instalação	Tipo de construção	Área construída (m2)	Valor da instalação nova (VN)	Valor residual (VR)	Vida Útil (VU)	Depreciação anual (D)
Total depreciação das instalações:						

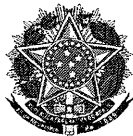
c.2) Depreciação de Máquinas, veículos e equipamentos

Descrição	Valor novo (VN)	Valor residual (VR)	Vida Útil (VU)	Depreciação anual (D)
Total de depreciação das Máq. e Equipamentos:				

d) Síntese do Resultado econômico da unidade de produção:

SAU	UTH:			
Itens		R\$ total	R\$ ha	%
Produto Bruto	Produto Bruto Vegetal			
	Produto Bruto Animal			
	Ingressos da Prestação de Serviços			
	I Total – Produto Bruto Total (PB)			
Consumo Intermediário	Fertilizantes			
	Sementes			
	Produtos fitossanitários			
	Corretivos			
	Lubrificantes, graxas			
	Pagamento de Serviços			
	Alimentação animal comprada			
	Medicamentos para animais			
	Despesas com manutenção de máq., equi.			
	Despesas com manutenção de instalações			
	II Total – Consumo Intermediário			
	III – Valor Agregado Bruto VAB (PB-CI)			
Depreciações	Depreciação das instalações			
	Depreciação de máquinas e equipamentos			
	Depreciação de animais de trabalho			
	IV Total – Depreciação (D)			
	V – Valor Agregado Líquido VAL (VAB-D)			
Distribuição do VA	Desconto do FUNRURAL			
	Imposto Territorial Rural			
	Pagamento de mão-de-obra			
	Pagamento de arrendamentos			
	Despesas financeiras sobre empréstimos			
	VI Total – Total da Distribuição VA (DVA)			
	VII – Renda agrícola RA (VAL-DVA)			

Anexo 2. Primeira Página do Questionário dos Assentamentos da Reforma Agrária 1.



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO – MDA
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO DE REFORMA AGRÁRIA – INCRA
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO RIO GRANDE DO SUL – SR11
DIVISÃO DE SUPORTE OPERACIONAL

PERFIL DE ENTRADA PARA ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA

Número []

Regras gerais de preenchimento:

Sempre que possível realizar a entrevista com a participação da família, principalmente do casal, somente para beneficiários na RB
Marcar **X** nos espaços reservados, salvo se houver outra orientação na questão

Sempre ler as alternativas que não contenham outra orientação específica.

A unidade de respostas é a família / casa do cadastrado e seu lote / propriedade como um todo

PA:

MUNICÍPIO:

Nº DO LOTE:

DATA:

ÁREA DO LOTE (HA):

NOME DO(A) ENTREVISTADOR(A):

NOME DOS(AS) ENTREVISTADOS(AS):

PERGUNTAS:

1) **Tinha experiência anterior com atividades agrícolas quando foi assentado?**

Sim () Não ()

Qual a origem étnica predominante do casal? Não ler as alternativas e marcar com X somente uma.

	Homem	Mulher
1. Luso-brasileira / caboclo		
2. Alemã		
3. Italiana		
4. Polonesa		
5. Indígena		
7. Afro-brasileira		
8. Mista Imigrante e índio		
9. Mista: Luso - brasileira e imigrante (europeu)		
10. Mista de imigrantes (Alemã, italiana, etc.)		
11. Outra, qual _____		

3) **Qual o tamanho da moradia / casa : m² No caso de não ter casa onde mora?**

Galpão ()

Sede ()

Barraco de lona () Outro ()

ANEXO 3. Primeira Página do Questionário dos Assentamentos de Reforma Agrária 2

Nome do Assentamento:
do lote:

Nº

Município:

CPF (de um dos titulares da RB):

Data

NOME DO ENTREVISTADOR:

NOME DOS

ENTREVISTADOS/AS:

20) Listar a idade de todas as pessoas que residem no lote e o tempo que cada uma trabalha (0 a 100%)

a) Mão de Obra Familiar

Masculina		Feminina	
Idade	% do tempo dedicado ao lote	Idade	% do tempo dedicado ao lote

b) Mão de Obra Contratada (Não)

Masculina		Feminina	
Idade	% do tempo dedicado ao lote	Idade	% do tempo dedicado ao lote

21) Equipamentos de produção

Especificação	Quantidade	Capacidade	Média de Idade (anos)
Bois / vacas de trabalho		xxxxxxx	
Cavalos		xxxxxxx	
Burros / Mulas / jegues		xxxxxxx	
Caminhão/Veículo de trabalho		HP	
Trator		HP	
Arado de tração animal		xxxxxxx	
Arado de tração mecânica		xxxxxxx	
Capinadeira de tração animal		xxxxxxx	
Grade aradora de tração animal		xxxxxxx	
Grade de tração mecânica		xxxxxxx	
Semeadora de tração mecânica		xxxxxxx	
Semeadora de tração animal		xxxxxxx	
Semeadora manual (matraca/ saraquá)		xxxxxxx	
Ensiladeira		HP	
Roçadeira		HP	
Carreta agrícola		Kg	
Carroça		Kg	
Pulverizador tracionado		l	
Pulverizador costal motorizado		l	
Pulverizador costal manual		l	
Distribuidor de esterco		m ³	

Ordenhadeira		xxxxxxx	
Resfriador de leite		I	
Moto serra		HP	
Motor elétrico		HP	
Bomba de água		HP	
Engenho de cana		xxxxxxx	
Triturador de cereais		HP	
Picador de pasto (forrageiras)		HP	
Trilhadeira		HP	
Batedor de cereais		HP	
Quebrador de grãos		HP	
Debulhador		HP	
Motor a gasolina		HP	
Motor a diesel		HP	
Colheitadeira			
Outros (<i>soma total das ferramentas: ancinhos, caixas para colheita, enxadas, enxadões, foices, facões, machados, pás, picaretas, cutelo, etc.</i>)	—(total)	xxxxxxx	xxxxxxx